

20 de Novembro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 86 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza



Nova Gazeta, o mais lido

O jornal 'Nova Gazeta', da empresa que tutela o VALOR, foi considerado, mais uma vez, o semanário angolano mais lido pelo mais importante estudo de mercado sobre o consumo em Angola, realizado pela empresa Marktest. A pesquisa foi apresentada na última quinta-feira, em Luanda, com outras novidades. **Pág. 9**

O QUE DEIXA A EMPRESÁRIA NA SONANGOL...

As 5 razões de Isabel dos Santos

PETRÓLEO. Além dos resultados financeiros que projecta para 2017, Isabel dos Santos defende-se com uma gestão que retirou a Sonangol da falência técnica, processo centrado em decisões que resumem as outras quatro razões da empresária: renegociação de contratos nocivos, alinhamento no 'core business', redução de custos e desmantelamento de projectos inviáveis. **Págs. 16 e 17**



Mário Mujites © AE

AGUINALDO JAIME

"BNA deve ser autónomo"

O presidente da ARSEG, que já foi governador do Banco Nacional de Angola, não concorda com a prática de um regulador dependente das orientações do Governo, embora considere que o banco central não deva ser "uma ilha". **Pág. 12**

EM CAUSA SUBVENÇÃO À TAAG

Companhias aéreas temem concorrência desleal em Cabinda

AVIAÇÃO. Depois de João Lourenço ter decidido pela subvenção do preço do voo para e de Cabinda, as companhias privadas dizem-se ameaçadas por uma esperada concorrência desleal. Há quem já admita que a TAAG fique sozinha a voar para a província mais a Norte. **Pág. 10**

Moedas **AKZ** 166,7 Kz (+0) ▲ **EUR** 195,5 Kz (+1,8) ▲ **LIBRA** 219,28 KZ (+0,72) ▲ **YUAN** 25,06 kz (-0,04) ▼ **RAND** 11,54 KZ (-0,16) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



O REINO DA COVARDIA

Não há como negar que o ambiente político e mediático em Angola está excessivamente tóxico. Ainda há poucas semanas, o jornalista Celso Filipe do jornal português 'Negócios' assinava, assertivamente, que "a intriga tomou conta de Angola", no título de uma matéria que dava conta dos desvarios de alguns média, face à onda de especulações instalada.

Em bom rigor, a intriga não é, entretanto, suficiente para caracterizar o clima de que se apossou particularmente o espaço mediático. A difamação e a hipocrisia nunca registaram momentos tão áureos. Num universo sem regras, sem responsabilização nem responsabilidade, pululam bípedes que tresandam a covardia grave. E, encobertos de ódios sem causa, trocam a dignidade por dois pratos de lentilhas para alimentar agendas criminosas com fins confessos.

Desta vez e mais uma vez, o Nova Gazeta foi o alvo, com o Valor Económico a reboque. Jornais que têm em comum o facto de serem tutelados pela mesma empresa e dirigidos pela mesma equipa. Sobre os dois títulos, voltou a recair a difamação de supostas ligações ao Fundo Soberano de Angola e ao seu presidente. E porque já tivemos ocasião para nos pronunciarmos a propósito, o novo ataque só não teve o merecido desprezo pelo respeito aos nossos leitores e para não legitimarmos a tese de que 'quem cala consente'. Fica aqui, portanto, mais uma vez, o devido esclarecimento: o Nova Gazeta e o Valor Económi-

co não têm qualquer ligação formal ou informal com o presidente do Fundo Soberano, muito menos com a instituição que dirige. Aliás, só a referência da possibilidade dessa suposta ligação institucional é tão surreal quanto quimérica. Como é, no todo, fantástica a falácia de que os jornais teriam sido criados para servir interesses deste ou daquele. A este propósito, aliás, não há melhor julgamento que nos seja possível do que a avaliação dos nossos leitores. São as centenas de jovens e adultos que nos lêem todas as semanas pelo país que nos poderão dizer em que momento viram a defesa de interesses de quem quer que seja. Já, no passado, por altura do lançamento do Nova Gazeta, alimentaram-se fantasias de um eventual panfleto que estaria ao serviço do partido no poder. Hoje, passam-se mais de cinco anos, e não é possível apontar-se, em Angola, mais do que um generalista que mantenha de forma consistente o equilíbrio editorial do Nova Gazeta.

Mas porque não nos cabe sequer o ónus de qualquer prova, recusamo-nos doravante a alimentar um não-assunto que tem, como clara pretensão, visar a imagem de duas publicações que se têm destacado, sobretudo, pelo rigor e pela qualidade.

Mas esta oportunidade pode servir para outros esclarecimentos. Como qualquer mortal saberá, a sustentação de jornais em qualquer parte exige recursos. E, no nosso contexto, pelas limitações conjunturais do mercado, os recursos oriundos da publicidade são manifestamente insuficientes para cobrir o conjunto de despesas. Por isso, muitos projectos firmam com-

promissos que permitem apoios com alguma consistência, tal como os que se destinam a manter projectos como o Prémio Estudante Nova Gazeta que, com vários patrocínios, distingue anualmente os melhores estudantes do ensino superior, escolhidos pelas universidades.

Dito isto, e porque a gratuitidade do Nova Gazeta foi, com alguma ignorância, atrelada à fantasiosa ligação ao Fundo, sentimo-nos novamente forçados a incluir um comentário em relação ao seu modelo de negócio. Os jornais gratuitos existem hoje por todo o mundo consolidado. E o fundamento da gratuitidade está no facto de ser a publicidade a principal fonte de receitas dos jornais e não a venda. Como alguns levantamentos em Angola sugerem, as receitas decorrentes das vendas, no global da facturação dos jornais, em termos médios, não chegam sequer aos 20 por cento. A origem de alguma receita dos jornais, especialmente no contexto angolano, é incontestavelmente a publicidade. A gratuitidade dos jornais em todo o mundo, em termos comerciais, no fundo, encerra este simples raciocínio: se as receitas das vendas são marginais, então mais vale apostar-se naquilo que efectivamente interessa, a publicidade. Foi precisamente por isso que, pelo menos até 2015, o Nova Gazeta conseguiu a proeza de garantir uma média de 11 páginas de publicidade pagas por semana. Quem percebe minimamente do negócio de media em Angola saberá que manter a essa quantidade de publicidade no jornal em anos consecutivos é obra. Neste caso, grandemente facilitada pela gratuitidade. Vamos falando...



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Editor Online: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Ângela Bragança,

ministra do Turismo

Quais as principais conclusões que tira do 4º Fórum sobre turismo do Lide Angola?

Além da disponibilidade apresentada pelos operadores em actuarem de maneira determinada, foram evocadas dificuldades que constituem constrangimentos para o desenvolvimento desta vontade.

Quais são estes constrangimentos?

As questões relativas à necessidade da regulação de diferentes áreas de intervenção, como a conservação das aéreas que constituem espaços turísticos. O mau estado das vias e também a necessidade de se estudar com a companhia aérea de bandeira a questão dos preços. Foi exemplificado que é mais barato um bilhete para Namíbia do que para o Lubango.

Como pensam resolver?

Há uma estrutura que pode fazer um debate mais alargado, trata-se da comissão multi-sectorial para o turismo. A este nível, vamos tentar encontrar sinergias e fazer um guião dos assuntos que possam paulatinamente ser resolvidos. Há linhas definidas, o turismo tem um plano director que vai ser actualizado, mas podemos dizer que um dos passos principais que vai ser realizado será mapear, cadastrar e identificar os espaços.

14

TERÇA-FEIRA

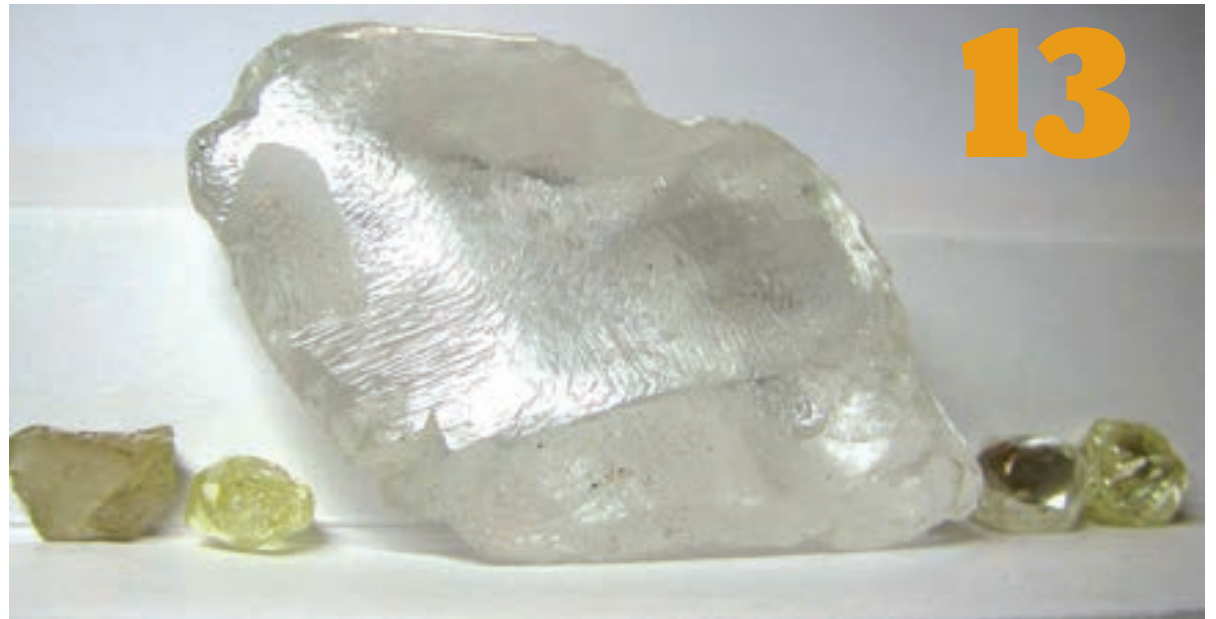
O Fundo Monetário Internacional (FMI) congratulou-se com as medidas do Governo angolano em continuar com o processo de consolidação fiscal, de adequar o nível de gasto às receitas e de adoptar um regime de taxa de câmbio mais flexível, medidas importantes para o processo de diversificação da economia.

QUARTA-FEIRA

O Presidente da República, João Lourenço, exonerou o secretário de Estado dos Petróleos, Carlos Saturnino Oliveira, a presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Isabel dos Santos, e outros membros do Conselho de Administração da petrolífera estatal angolana.

QUINTA-FEIRA

A dívida pública colocada por Angola na segunda semana de Novembro aumentou mais de 30%, para 65,4 mil milhões de Kwanzas, segundo o relatório semanal sobre a evolução dos mercados monetário e cambial do Banco Nacional de Angola (BNA), compilados pela Lusa.



SEGUNDA-FEIRA

A multinacional mineira australiana Lucapa anunciou, em comunicado, a descoberta do oitavo diamante com mais de 100 quilates no campo diamantífero do Lulo, na província da Lunda-Norte, no leste de Angola, considerado como de “valor excepcional”, pela sua qualidade.

SEXTA-FEIRA

A Assembleia Nacional aprovou por voto unânime a nova proposta de Lei de Actualização da Pauta Aduaneira Harmonizada, que prevê alterações de taxas a vários produtos, com o objectivo de estimular a diversificação da economia e aumentar a produção interna.



SÁBADO

O Presidente da República, João Lourenço, alertou na Huila, nas comemorações do 42º aniversário da independência, para os “inúmeros obstáculos no caminho” a percorrer no mandato que está a iniciar, mas garantiu que os compromissos que assumiu são para concretizar.



DOMINGO

A Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL), que reúne quase 4.000 ‘zungueiras’, alerta que a atividade, que está a ser travada pelo governo provincial, é o único sustento de milhares de famílias, que necessitam de “soluções de emprego”.



COTAÇÕES



EUROPA EM QUE QUEDA PELA SEGUNDA SEMANA

As principais praças europeias regressaram às descidas, depois de, no dia antes do fecho da sessão semanal, terem interrompido a maior série negativa no espaço de um ano e terem descolado de mínimos de dois meses. Com as perdas - ditadas pelos sectores das commodities, das telecomunicações e da banca -, os índices do Velho Continente acumularam o segundo balanço semanal negativo. Em Wall Street, o ceticismo dos investidores quanto à passagem da reforma fiscal de Trump no Congresso castiga as negociações. Em Lisboa, o sinal foi igualmente menos.



EURO BENEFICIA DE ‘ESTATUTO’ DE REFÚGIO

A moeda europeia recupera de duas sessões de descidas, um movimento que um analista citado pela Bloomberg atribuiu à condição de “refúgio” conquistada recentemente pela divisa. “A Europa está a tornar-se num destino atractivo para pôr o dinheiro a trabalhar,” disse Viraj Patel, do ING Groep NV. Paralelamente, o Goldman Sachs viu, na última sexta-feira, o euro subir até aos 1,2 dólares ao longo dos próximos 12 meses e antecipa que possa chegar a 1,25 dólares em 2019. Já a rupia indiana sobe pela terceira sessão, tendo registado a maior subida em oito meses.

Entrevista

VICTORIANO FERREIRA NICOLAU, PRESIDENTE DA CACIAAS

“Não se pode avançar para a África do Sul apenas com intenções”

Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Angola-África do Sul (CACIAAS) promete o reforço da parceria entre o empresariado dos dois países. Alerta, no entanto, os angolanos a efectuarem estudos de viabilidade antes de investirem na África do Sul por se tratar de “um mercado competitivo, com operadores muito agressivos e pragmáticos”.



Por António Nogueira

Foi proclamada, na passada quinta-feira, a Câmara de Comércio e Indústria Angola-África do Sul. Para já, que assuntos foram realçados durante este acto?

A Câmara de Comércio e Indústria Angola-África do Sul foi constituída em Maio do corrente ano, durante um acto em que foram eleitos os membros da direcção executiva e aprovado o programa de actividade para o segundo semestre de 2017. Apresentámos, durante o acto de proclamação, uma panorâmica sumária do que os estatutos da Câmara prevêem e apresentámos os regulamentos que foram já apro-

vados. Portanto, demos uma ideia de como a Câmara se vai organizar, a estrutura de coordenação, de controlo de gestão que vai ser montada. Apresentámos igualmente uma estratégia de trabalho com uma agenda concreta, com as empresas e com as autoridades angolanas e sul-africanas.

E qual é a estratégia que foi definida na parceria que se pretende efectivar com empresários sul-africanos?

Os aspectos dessa estratégia têm que ver com a definição dos princípios de natureza da nossa actividade, a missão, a visão, os valores que defendemos. A identificação de membros que sejam capazes de criar mais valores a esta instituição para que não seja somente mais uma câmara de comércio a surgir; a aproximação entre os dois povos no sector económico, comer-

cial, financeiro e cultural. O respeito pela identidade de cada um dos povos e das próprias empresas constituem preocupações que vão ser perfeitamente buriladas no nosso ‘modus operandi’ durante todo o nosso trabalho. Portanto, a nossa meta é termos, até ao fim do ano, um mínimo de 100 membros na Câmara que deverão dar a sua contribuição com base num programa concreto que vamos gizar, depois dessa proclamação formal da Câmara.

Há já planos pré-definidos para se acautelar a existência de linhas de crédito para financiar projectos que possam surgir no quadro dessa parceria com os empresários sul-africanos?

Queremos direccionar a nossa acção, quer do nosso staff directo, quer das empresas que connosco irão associar, nessa área de mobilização de

recursos. Primeiro para que essas empresas que forem seleccionadas, e que nós chamaremos de empresas âncoras, venham a ser aquelas que virão com os seus próprios recursos ou com a sua capacidade de obtenção de crédito nos mercados de origem e que possam ser uma força catalisadora para gerar recursos e poupança de investimento interno aqui que, por sua vez, serão direccionados para programas e projectos específicos concretos.

E, em relação aos empresários angolanos que queiram investir na África do Sul, há algum pacote financeiro previsto para suportar essas operações?

Acredito que, antes de mais, os nossos empresários deverão fazer um estudo do mercado. Os nossos empresários têm de passar a prestar mais atenção ao estudo prévio e

não à acção precipitada e mal estudada em direcção a mercados que não são suficientemente conhecidos. O mercado sul-africano tem características muito específicas e os seus principais actores e agentes económicos ainda vivem um pouco sobre o trauma do que foi o passado nas relações entre Angola e a África do Sul. Na verdade, precisamos de dialogar e conhecer mais. Retirar os entraves que impendem uma compreensão clara da conjuntura económica e comercial, administrativa, a burocracia, enfim, entre cada um dos países. Os nossos empresários têm, de facto, de mudar um pouco de postura. Não se pode avançar com intenções de investimento em mercados, como o da África do Sul, sem um estudo prévio. Eu estou à vontade para falar sobre isso, porque, durante muito tempo, fiz uma interacção muito grande entre Angola e África do Sul, tanto no domínio

“O mercado sul-africano é muito competitivo. Os operadores são muito agressivos e muito pragmáticos. Não gostam de perder muito tempo. E as coisas têm de ser vistas com clareza e seriedade.”

parlamentar como no domínio executivo. Também tive a oportunidade de conviver, durante algum tempo, com empresas e comunidades empresariais sul-africanas. Conheço um pouco do mercado sul-africano, os pontos bons e os pontos maus...então, há que estudar o mercado. O meu apelo para os empresários angolanos é este. Por isso, temos de nos habituar a interagir com os elementos que lá estão para obter dados que permitam identificar claramente o mercado e os eixos que mais interessem.

Mas há também outros entraves que têm que ver nomeadamente com a banca, com a maioria do empresariado nacional a queixar-se de que tem tido dificuldade de acesso ao crédito bancário...

A banca tem naturalmente, neste domínio, um papel grande a desempenhar. Alguns entraves que actualmente existem deverão também ser repensados, removidos. Temos esperança de que a nova governação do BNA trará ideias novas nesse domínio e saberá impulsionar, coordenar e supervisionar o trabalho da banca comercial. Mas devo dizer que, durante o tempo em que estive a dar formação aos meus rapazes na África do Sul, sempre tive acesso ao crédito bancário na África do Sul. Mesmo sendo não-residente. Mas porque os meus objectivos eram claros, a minha documentação era legal e tudo se podia fazer na maior das facilidades. Só não fui mais distante porque, de facto, não era este o meu propósito. Tinha como missão atingir o aprimoramento da formação técnica dos meus rapazes e, tão logo acabei isso, mandei recolher todos para o país para se aplicarem aqui e fazerem com que a sua contribuição nesse domínio pudesse ajudar Angola a crescer.

Em que áreas de negócios os angolanos devem apostar no mercado sul-africano?

O mercado sul-africano é muito competitivo. Os operadores são muito agressivos e muito pragmáticos. Não gostam de perder muito tempo. E as coisas têm de ser vistas com clareza e seriedade nos operadores na forma como expõem as suas necessidades e com o trabalho de casa feito. É preciso ir lá com o trabalho de casa feito. Um dos ‘handicaps’ talvez seja a língua. É preciso incentivar acções no sentido de

“A banca tem um papel grande a desempenhar. Alguns entraves que actualmente existem deverão igualmente ser repensados, removidos. Temos esperança que a nova governação do BNA trará certamente ideias novas nesse domínio”.

“Uma prioridade económica e industrial tem que ver com a concentração de esforços para a transformação dos nossos produtos agrícolas que se desperdiçam”.

PERFIL

Victoriano Ferreira Nicolau ‘Kanda’ é natural do município de Cambambe, Kwanza-Norte. Antigo combatente, ex-presos político, ex-membro do Governo e ex-deputado, formou-se em Economia, tendo-se especializado em Contabilidade e Finanças pela Universidade Agostinho Neto (UAN), onde leccionou durante cinco anos, simultaneamente na faculdade de Economia e na de Direito. Político, pesquisador e escritor, já desempenhou funções de consultor económico e de gestor de projectos, tendo ainda efectuado estudos de pós-graduação sobre MBA em Direcção e Administração de Empresas. Actualmente, dedica-se, a tempo integral, ao cargo de presidente da Câmara de Comércio e Indústria Angola-África do Sul, função que exerce desde Maio do corrente ano.

melhorar a nossa maneira de encarar a língua inglesa para os negócios. Cursos de inglês poderiam ser organizados também, mas, acima de tudo, é preciso respeitar a cultura de cada povo e a cultura empresarial, em particular. A nossa cultura empresarial está muito longe da cultura empresarial sul-africana. Temos de procurar fazer uma aproximação e isso só se faz com pesquisa,



Mário Mujetes © AE

estudo, trabalho árduo e seriedade naquilo que se quer fazer.

O que poderá interessar mais aos empresários sul-africanos em Angola?

Os projectos que interessam a Angola podem não interessar o mercado sul-africano, que pode estar muito mais interessado em recolher do mercado angolano produtos e serviços

já acabados que possam ser utilizados lá. Isso tendo em conta a questão do custo de produção. Diz-se, muitas vezes, que os custos de produção em Angola são muito elevados. Há que identificar os factores que levam a esta situação e fazer um estudo comparativo com aqueles nichos do mercado na África do Sul, e na região da SADC, de uma forma geral, que possam facilitar esta entrada exitosa de Angola no mercado livre da África do Sul e da região da SADC.

Já estão identificados os parceiros sul-africanos com os quais pretendem trabalhar?

Um aspecto muito importante dessa estratégia tem que ver com as parcerias. Temos de ver com quem nos vamos emparceirar e com que tipo de objectivos específicos. A valorização do capital humano, tanto de um lado, como de outro, a valorização de recursos e a partilha de informação entre os nossos operadores económicos constituem preocupações. Digamos, assim, durante toda a nossa agenda. Portanto, vamos definir objectivos, princípios para o desenvolvimento, uma vez que Angola está justamente a entrar nessa fase de desenvolvimento económico e social das nossas comunidades. Vamos ver até que ponto e com quem poderemos promover a diversificação da nossa actividade, não só económica, mas também comercial e industrial.

Que projectos em concreto, no domínio económico e industrial, é que estão a merecer prioridade no quadro dessa parceria?

Uma prioridade nesse domínio económico e industrial tem que ver com a concentração de esforços para a transformação dos nossos produtos agrícolas que se desperdiçam, de uma forma geral, por falta de condições de stock e de processamento. As condições, no nosso país, conduzem ainda a elevados números de desperdícios.

Vemos, não raras vezes, empresários a queixarem-se que produzem, mas que não conseguem atingir os mercados consumidores principais. Ainda há dias, assistimos a um conjunto de empresários e a população a reclamarem sobre o tomate e a manga que se estraga. E porquê? Porque não temos uma cadeia adequada que interliga os sectores produtivos aos sectores de

stock, transportação e transformação até chegar ao consumidor final. Esta é uma das grandes preocupações que temos. O nosso diálogo com os empresários sul-africanos será no sentido de nos ajudarem a melhorar esta forma de agir da economia, infelizmente ainda com elevados níveis de desperdícios. Mas vamos, primeiro, tentar completar a nossa estrutura orgânica. Vamos eleger a equipa completa de trabalho, quer a nível da direcção, quer a nível da Assembleia e do Conselho Fiscal. Foram seleccionados alguns quadros, sul-africanos e angolanos, que vão integrar a parte executiva e de direcção estratégica da nossa organização.

Nota-se que há uma clara aposta no sector agrícola. Haverá também apostas noutras áreas do sector produtivo, no quadro das vossas acções?

Exactamente! Estamos muito preocupados também com o desenvolvimento do agro-negócio em todos os aspectos que com ele se relacionam no processo de integração vertical e horizontal. Assim, o sector das pescas, quer seja a pesca interior ou marítima e o processamento do resultado dessa actividade, é uma questão que nos vai roubar muito tempo. Vamos concentrar a maior parte dos nossos esforços e vamos procurar fazer com que os nossos empresários, tanto no lado de lá (África do Sul), como do lado de cá, possam direccionar programas de investimentos para essas áreas. A pesca, não só tradicional como se realiza actualmente, mas o desenvolvimento da cultura que deveremos massificar é a piscicultura. Portanto, espécies diferentes que não sejam somente o vulgo cacusso. E vamos procurar desenvolver estes programas fundamentalmente no interior do país, mais próximo das comunidades, junto daquelas áreas onde felizmente o nosso país é abençoado, é rico, onde existem redes de água canalizada em abundância e que facilmente podem ser aproveitadas para esse fim.

A África do Sul é um país que, do ponto de vista tecnológico, está algo avançado em relação a Angola. De que forma os empresários angolanos poderão tirar proveito desse potencial?

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

No passado, falou-se muito de transferência de tecnologias e nos meios académicos e programáticos do Governo fala-se também muito nisso. Queremos fazer uma abordagem muito objectiva sobre essa matéria com os nossos parceiros no quadro de um núcleo estratégico que queremos criar.

Na verdade, os grandes problemas relacionados com o aproveitamento tecnológico, daquele que constitui já um saber feito existente na nossa região, a partilha desse conhecimento, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista operando, é uma prioridade para o nosso trabalho. Porque, sem isso, não poderemos avançar. Não queremos que nos venham dar o produto final na boca. Queremos que nos ensinem a fazer as coisas. Queremos que nos mostrem os melhores caminhos para se atingir resultados no mais curto espaço de tempo e a custo menos elevado. Este é o grande desafio!

Há quem defenda que a actual Lei do Investimento Privado de Angola inibe, de alguma forma, uma maior atracção de investimento estrangeiro que está sujeito a aplicação de um tecto mínimo de 1 milhão de dólares para o investimento. Qual é a avaliação que faz a respeito?

Julgo que, no quadro da nova política governamental, este quadro irá ser alterado, tendo em conta os compromissos eleitorais que já foram feitos e que o Executivo vem assumindo com muita garra e determinação. Temos de prestar muita atenção à tomada de medidas, não só boas, mas em momento oportuno para conseguirmos trazer capital humano valorizado para o nosso país a partir da África do Sul e de outros pontos que conosco queiram colaborar e eliminar algumas barreiras como as que existiam, em termos de entrada e saída de turistas. A segurança desses investidores é importante.

Do outro lado, a mesma coisa. Porque também ainda há um clima de insegurança na África do Sul, mas é um processo que ambas as autoridades governamentais estão certamente a tomar medidas. Aquela medida, recentemente anunciada, sobre a supressão de vistos, veio mesmo a calhar. É uma situação

“Os nossos empresários têm de passar a prestar mais atenção ao estudo prévio e não à acção precipitada e mal estudada em direcção a mercados que não são suficientemente conhecidos”.

“Os aspectos dessa estratégia têm que ver com a definição dos princípios de natureza da nossa actividade, a missão, a visão, os valores que defendemos. A identificação de membros que sejam capazes de criar mais-valia a esta instituição”.

em que o embaixador da África do Sul em Angola e o nosso Ministério das Relações Exteriores se têm empenhando bastante e julgo que, dentro de muito pouco tempo, tudo isso deverá ocorrer, de facto, como deve ser. Temos de caminhar para um mercado comum na nossa região e isso exige a livre circulação de pessoas e bens e de uma forma segura, orientada e controlada, evidentemente.

Quer dizer então que perspectiva uma boa parceria entre o empresário angolano e sul-africano? Acredito que, do nosso lado, todas as vontades convergem para que no mais curto espaço de tempo, dentro daquilo que esteja programado até ao final deste ano, as coisas entrem nos eixos e que comecem a fun-



Manuel Tomás © AE

cionar de forma mais adequada. Claro que isso também passa pela montagem de alguns mecanismos de formação do nosso pessoal das fronteiras, adequação das nossas redes de transportes e comunicações, aprimoramento de atitudes e comportamentos do pessoal que estará a lidar directamente com as pessoas que vêm do outro lado.

É consensual que o ambiente de negócios em Angola hoje ainda não é o desejável pela maioria dos investidores estrangeiros e até nacionais pelas razões algumas delas já aqui afloradas. Ainda assim, sente que há já empresários sul-africanos com intenção de investir em Angola?

Não só há intenção, como interesses já manifestados. E considero que

a embaixada da África do Sul em Angola tem feito um bom trabalho na divulgação das oportunidades de negócios que existem em Angola. A recente visita do embaixador sul-africano ao Moxico mostrou o interesse claro dos empresários sul-africanos no mercado angolano em trabalhar não só em parceria com empresas angolanas, mas também em ajudar o Governo nas melhores práticas de gestão, daquilo que é o erário público, as boas práticas de gestão de projectos direccionados, quer para o sector económico, quer para o sector social. E isto é muito bom! Acredito que, depois desse evento, muitas portas se vão abrir. Programamos também dentro de muito pouco tempo uma deslocação à África do Sul com uma delegação que vai interagir com as

autoridades sul-africanas e com um tecido empresarial multissetorial de maneira a identificarmos não só as oportunidades que eles pretendem em trazer e explorar aqui, como aquelas que nós, aqui, podemos explorar lá.

Quantos empresários sul-africanos estão já instalados em Angola? Temos uma base de dados de cerca de 60 empresas. Não quer dizer que não haja mais, mas estas são as que estão organizadas e que temos registadas e em vários ramos de actividades. Acreditamos que esse número irá rapidamente crescer.

E quantos empresários angolanos estão já implantados no mercado sul-africano?

Em relação ao número de empresários angolanos na África do Sul, este é um trabalho que, em princípio, está por se fazer. Havia um inventário que estava a ser feito pela Câmara de Comércio África do Sul-Angola que não caminhou como deve ser. Houve interrupções. Então, é necessário ajustar e estabelecer uma forma de trabalho com o núcleo que se encontra na África do Sul que está interessado nesta actividade. Acredito que, dentro de pouco tempo, teremos um ficheiro organizado.

Que requisitos são exigidos a quem queira ser membro da Câmara de Comércio e Indústria Angola-África do Sul?

Não há requisitos muito exigentes. O importante é que seja uma empresa que esteja legalmente constituída no seu país, que tenha uma actividade perfeitamente clara; tenha escritórios aqui em Angola; esteja de bem com o fisco, tanto lá como aqui. Pague correctamente o seu pessoal, não haja problemas de pagamentos com a segurança social. Portanto, que cumpra com a legislação angolana e que não tenha antecedentes criminais lá onde está a sair. Desde que assim seja, nós vamos escalonar as empresas por grupo, de acordo com a dimensão que elas apresentam e, em função disso, vamos criar mecanismos que permitam que essa cooperação, entre as empresas, seja feita no interesse mútuo. Portanto, esperamos que os empresários e as instituições angolanas e sul-africanas dêem-nos a força necessária para conseguirmos alcançar os nossos objectivos.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



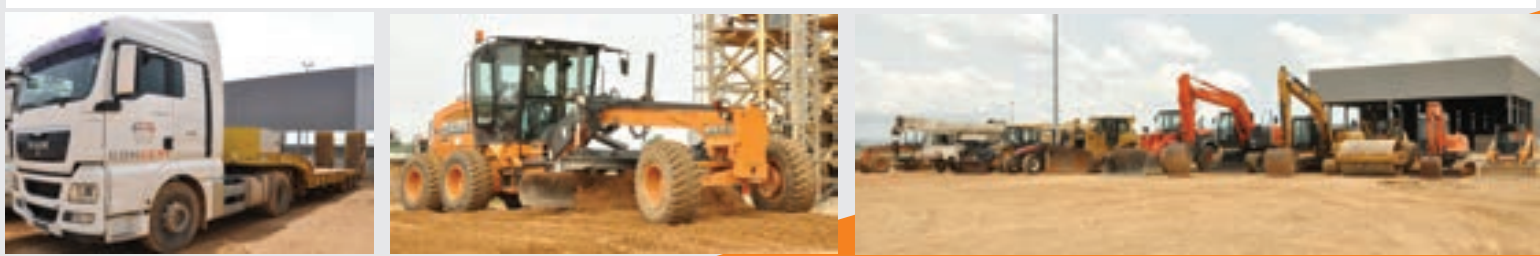
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

SEGUNDO UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO CHINA/ÁFRICA

Linhas de crédito chinesas avaliadas em 19,3 mil milhões USD

FINANCIAMENTO. É o segundo relatório, em menos de um mês, a adiantar números do financiamento chinês para África. Ambos colocam Luanda entre os principais destinos, mas pecam por defeito quando comparados aos 50 mil milhões USD adiantados pelo embaixador chinês em Angola.

Por César Silveira

O valor acumulado do financiamento chinês a Angola, entre 2000 e 2017, está avaliado em cerca de 19,3 mil milhões de dólares, segundo cálculos do VALOR com base nos dados do relatório ‘China-África: O Casamento da Conveniência Vai Durar?’ da FOCAC (Fórum sobre Cooperação China-África), publicado recentemente.

“De acordo com os números compilados pela SAIS-CARI (Iniciativa de Pesquisa em África da China da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins), Angola foi o maior beneficiário do empréstimo destinado para o petróleo, entre 2000 e 2017. Mas representa 21% do empréstimo acumulado de 92 mil milhões de dólares entre 2000 e 2017”, lê-se no documento.

O valor passa, desta feita, a fazer parte dos vários números disponíveis e utilizados, entre oficiais e ofi-



O embaixador chinês em Angola revelou, entretanto, à TPA que a China já financiou Angola em 50 mil milhões USD.

ciosos, para estimar o financiamento chinês e, sequencialmente, a dívida de Angola para com o gigante asiático. No entanto, os números do relatório pecam, por defeito, se comparados aos 50 mil milhões de dólares, adiantando recentemente pelo embaixador chinês em Angola, Cuim Aimim, numa entrevista à TPA.

Os cerca de 19,3 mil milhões de dólares estão, entretanto, muito próximos dos 16,6 mil milhões de dólares fixados pela unidade de investigação AidData, da universidade norte-americana de William & Mary, num trabalho tornado público em Outubro último. O mesmo coloca Angola como o terceiro destino do financiamento chinês no mundo, superado apenas

MEMORIZE

- A primeira linha de financiamento da China para Angola foi aprovada em 2004 e estava avaliada em cerca de dois mil milhões de dólares.

pela Rússia e Paquistão no período entre 2000 e 2014. Os acordos tornados públicos oficialmente mostram que as duas investigações pecam, no entanto, por defeito.

UM DOS MAIORES DESTINOS DO DINHEIRO CHINÊS

A investigação da FOCAC coloca, por sua vez, Angola como o prin-

cipal beneficiado do financiamento chinês na África Subsaariana (objecto de estudo do relatório), seguindo-se a Etiópia com 14,2% e o Quênia com 7,4%. Sudão com 7,0%, Camarões com 4,0% e a Nigéria com 3,8% colocam-se nas posições imediatas.

“A ajuda da China a África abrange uma ampla gama de campos, como agricultura, educação, transportes, energia, comunicações e saúde. Em termos sectoriais, os transportes e os serviços públicos (energia e água) representam a parte do leão (32% e 28%, respectivamente); seguido pela mineração e comunicação”, adianta.

No que diz respeito à relação entre Angola e a China, o documento lembra que, apesar de Angola

ser um dos principais fornecedores da China mesmo antes de 2002, “a relação transcendeu os fluxos comerciais alguns meses depois de Beijing aprovar um empréstimo de dois mil milhões para Angola”.

Lembra que, na sequência do referido acordo, a Sonangol e a Sinopec (um dos produtores chineses de petróleo e gás) rubricaram uma parceria no sentido de facilitar “a estrutura de negócios”, também conhecida como “recursos por infra-estrutura”, no qual o reembolso de empréstimos para desenvolvimento de infra-estrutura concedido pela China é feito em termos de exportações de petróleo bruto.

O relatório sublinha que o referido modelo se tornou “uma referência para outros mercados emergentes em África e não só”, sublinhando que “a queda nos preços do petróleo em 2014 atingiu o relacionamento bilateral com dureza”, visto que “o comércio entre os dois países foi mais do que reduzido pela metade” em termos financeiros, apesar de as exportações em volume se manterem com tendência de aumento.

“O petróleo mais barato levou a um aumento nas exportações angolanas para a China para um recorde de 872 mil bpd em 2016. Os dados mensais da China Customs indicam que Angola está preparada para superar esse recorde em 2017, visto que exportou uma média de 1 milhão bpd entre Janeiro e Agosto de 2017. No entanto, o aumento dos volumes de exportação não compensou a queda nos preços do petróleo em relação ao seu pico de 2014. Este aumento também pode ser de curta duração, especialmente se o governo chinês decidir restringir as importações para enfrentar o excesso de capacidade no sector de refinação.”

Entre as várias conclusões, o relatório sublinha que as exportações angolanas têm uma forte dependência do mercado chinês, atribuindo ao país um índice de dependência de 0,8 numa escala de 0 a 1 onde 1, representa uma dependência completa.

Alguns dos financiamentos chineses para Angola em USD

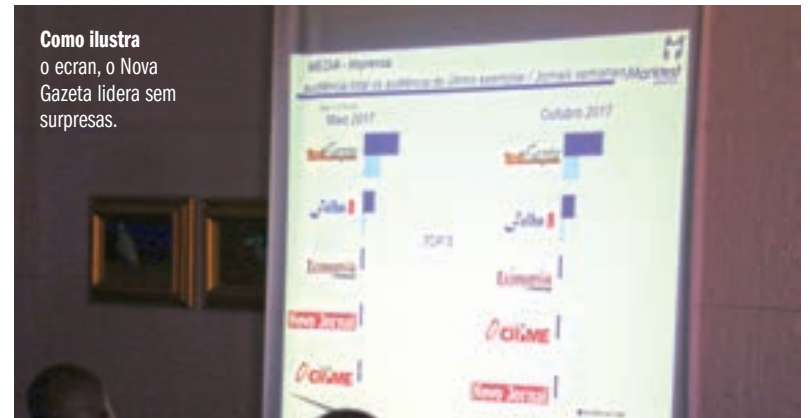
Valor	Projecto	Instituição	Ano
2 mil milhões	N.A	Exibank	2004
500 milhões	N.A	Eximbank	2007
2 mil milhões	N.A	Eximbank	2007
1,6 mil milhões	II fase da linha de crédito	Eximbank	2009
5,2 mil milhões	Linha de Crédito Chinês (155 proj)	N.A	2015
4,2 mil milhões	Barragem de Caculo Cabaça	BCI China	2016
7,8 mil milhões	Porto Caio, Cabinda +36	N.A	2016



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, João Lourenço, defendeu a implementação de uma estratégia que permite refinar internamente os produtos derivados do petróleo, posição que foi vinculada durante o acto posse do novo conselho de administração da Sonangol.

ESTUDO DE MERCADO

Apenas 18% dos luandenses frequentam uma vez por ano os cinemas



126,3

Total que as seguradoras investiram em publicidade na imprensa.

MERCADOS. Estudo mostra que consumo de cerveja aumentou, passando de 28% para 33,7% e que os bancos BFA, BPC e BIC lideram em termos de penetração. Nova Gazeta volta a ser, sem surpresa, o semanário mais lido.

Por Valdimiro Dias

Apenas 18% da população luandense frequenta, uma vez por ano, as salas de cinema, segundo o estudo de mercado da Marketest 2017, que analisou o consumo de bens, serviços, média, planeamento e investimento publicitário dos consumidores de Luanda, num universo de mais de quatro mil indivíduos maiores de 15 anos

inquiridos. Na incursão ao universo das telecomunicações em Luanda, o estudo apurou que 84% dos consumidores possuem telemóvel, assinalando que a cifra já foi maior em 2015, quando atingiu 88,7%.

Relativamente à banca, o estudo concluiu que cada vez mais pessoas possuem contas bancárias, correspondendo, em 2017, a 57,6%, resultado de um crescimento de cerca de 11% em relação aos dois últimos anos. Os restantes 42% não bancarizados justificam a situação com a falta de dinheiro, emprego e de documentos.

Ainda no universo da banca comercial, o trio de bancos BFA, BPC e BIC lidera em termos de

penetração. Neste sector, o estudo destaca ainda que 76,1% dos luandenses possuem um cartão de débito, registando um ligeiro aumento em comparação ao ano de 2016.

No que diz respeito aos seguros, Ana Paula, directora da Marketest Angola, assinala o crescimento que se regista, com o estudo a referir que 14% da população luandense possui seguro, sendo o de automóvel o mais utilizado. Além disso, a gestora realça que o crescimento neste segmento está a fomentar muito investimento na imprensa, que se cifrou em 126,3 milhões de kwanzas. A televisão reclamou 56,6 milhões de kwanzas, ao passo que a rádio se ficou pelos 14,7 milhões.

NOVA GAZETA, O SEMANÁRIO MAIS LIDO

Ainda no segmento dos média, a televisão assume-se como o meio “mais impactante” em relação aos demais órgãos em Luanda. O canal 1 da TPA lidera a audiência, com o Telejornal a destacar-se como o programa de maior preferência dos telespectadores. A ZAP preenche imediatamente o lugar a seguir da audiência que muito se revê na Zap novelas.

Transferindo a medição da audiência para a rádio, das 12 estações escrutinadas, a Rádio Luanda continua a dominar a preferência da audiência dos luandenses, seguida da Rádio 5 e da Despertai.

Quanto à medição de serviço de

televisão pago, a liderança recaiu sobre a Zap, seguida respectivamente pela Dstv, Tv Cabo, televisão comunitária, canal aberto e a Infrasat.

Ao abordar a imprensa, a directora da Marketest considera ser “mais difícil” estabelecer os níveis de audiências, face às diferentes tipologias, mas adiantou que o ‘Jornal de Angola’ lidera relativamente aos diários, batendo o seu concorrente mais direito, o jornal ‘o País’.

No caso dos semanários, o ‘Nova Gazeta’ destaca-se no ranking dos mais lidos, seguido do ‘Folha 8’. Já nas revistas, a Lux, a única revista de publicada com periodicidade semanal, lidera.

Virando o enfoque para os alimentos e bebidas, o estudo evidencia que “o consumo de cerveja em Luanda aumentou, passando de 28% para 33,7% entre 2015 e 2017”. Quanto aos refrigerantes, a pesquisa destaca que está a acontecer a retoma do consumo, cifrando-se, hoje, em 80%, com o registo de uma subida de 7% em relação a 2016.

Ana Paula conclui que, em termos de produtos de grande consumo, este ano houve uma retoma face a 2016, mas ainda não se equipara a 2015. “O ponto crucial da crise económica foi o ano passado, este ano há retoma em quase todos os sectores da alimentação, bebidas e banca.”

A Marketest Angola tem como missão desenvolver a recolha, tratamento e prestação de serviços especializados no campo dos estudos de mercado, publicidade e marketing.

Economia/Política

SUBVENÇÃO DO PREÇO DO BILHETE DA TAAG

Companhias aéreas privadas temem concorrência desleal em Cabinda

AVIAÇÃO. Operadora pública vai beneficiar de desconto nos preços de combustível e taxas alfandegárias, 'regalias' que operadoras privadas não terão, embora voem regularmente para o mesmo destino.

Por António Miguel

Os gestores das companhias aéreas privadas que fazem a rota Luanda/Cabinda receiam que a subvenção do preço dos bilhetes da TAAG para a referida rota provoque concorrência desleal entre a companhia pública e as privadas.

Segundo apurou o VALOR, Cabinda é o destino mais rentável para as companhias privadas, pelo que a baixa do preço do bilhete da TAAG, por força da subvenção, pode representar um "duro golpe" ao negócio dessas operadoras. Ou seja, poderá agudizar as desvantagens das companhias privadas que, actualmente, se concentram na diferença das aeronaves utilizadas pelas partes.

A TAAG utiliza aeronaves de 'grande porte' (Boeing 737), realiza três voos diários e cobra 20.500 kwanzas por passagem. Com a subvenção prevista, o bilhete da companhia estatal passará a custar cerca de 16 mil kwanzas, aproximando-se do que é cobrado pelos concorrentes privados, que utilizam aviões de pequena dimensão. O bilhete da AirJet, por exemplo, custa 14 mil kwanzas, enquanto a SJL Aeronáutica cobra 12 mil kwanzas por passagem para o mesmo destino. Ambas as operadoras fazem voos diários a Cabinda.

Neste processo de subvenção, que deve estar concluído ainda este ano, a TAAG vai ainda beneficiar de redução no pagamento das taxas aeroportuárias e de combustível, 'regalias' que não deverão abranger os operadores privados.



Observadores admitem a possibilidade de a TAAG ficar sem concorrência em Cabinda.

MEMORIZE

• Depois da suspensão das licenças da AIR 26 e Air Guicango, a AirJet e SJL Aeronáutica passaram a ser as únicas companhias privadas de pequeno porte a operar. A Airojet, uma outra companhia privada, encontra-se activa, mas sem voos regulares, enquanto a SonAir, subsidiária da Sonangol, transporta sobretudo pessoal do sector petrolífero.

“Os custos operacionais da TAAG para voos em Cabinda vão reduzir, enquanto nós, operadoras privadas, vamos manter os mesmos custos. É evidente que os passageiros vão preferir viajar com a TAAG, até porque têm aviões maiores que os nossos”, argumentou uma fonte da SJL Aeronáutica.

Além das companhias, quem também prevê concorrência desleal é o consultor de macroeconomia, Galvão Branco. “Qualquer medida político-administrativa que se adopte em relação a Cabinda extravasa por vezes os princípios e critérios da racionalidade económica e das regras de mercado, como ocorreu com a subvenção das passagens aéreas para a capital do país, que pode eventualmente configurar uma situação de concorrência desleal.”

Observadores do mercado receiam mesmo que a concorrência

A aviação para Cabinda em números	
Custo operacional de uma companhia privada em um dia de voo para Cabinda	500 mil kwanzas
Preço do bilhete para Cabinda em kz	
TAAG	20.500
AirJet	14.000
SJL	12.000
Tipo de aviões usados pelas companhias privadas	Jestream - de 29 lugares. Embraer - de 30 lugares.
TAAG	Boeing 737 - de mais de 100 lugares

venha a ser forçada a deixar gradualmente de voar para aquele destino. “Cada operador desta rota terá de rever novas estratégias para tirar proveitos, reformulando o modus operandi, entre o horário, qualidade de serviços, custos operacionais, recursos humanos e espaço físico.”

Segundo estimativas dos gestores das companhias privadas, para fazer face à subvenção dos bilhetes da

TAAG, as mesmas poderão ser obrigadas a baixar os preços dos bilhetes, mantendo, no entanto, os mesmos custos operacionais (cerca de 500 mil kwanzas/dia), já que a redução das taxas aeroportuárias e do combustível não as abrange. Desta feita, defendem que as operadoras privadas devem ser incluídas no processo de redução da passagem aérea para a província mais a Norte de Angola.

“A TAAG não é a única operadora da rota de Cabinda. Os operadores privados sempre deram uma ajuda, praticando tarifas mais baixas da rota. Assim sendo, o Executivo liderado por João Lourenço deveria também incluir as empresas privadas na redução dos preços das taxas aeroportuárias e do combustível, partindo do princípio do lema ‘um só povo e uma só Nação’. Todas elas são empresas de Angola”, sublinhou um operador.

Questionado sobre as preocupações das companhias aéreas privadas, o director do Instituto Nacional de Preços e Concorrência, António Lima, refutou a possibilidade de haver concorrência desleal, avançando que os custos baixarão para todos, sem, no entanto, responder se as aviadoras comerciais privadas vão ou não ser incluídas no pacote de subvenção. “Aguarde os termos do decreto presidencial”, atirou o responsável do instituto, afecto ao Ministério das Finanças.

A decisão governamental de subsidiar o bilhete da TAAG para Cabinda foi tomada na primeira sessão ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, realizada 7 de Novembro, naquela província.

A Reabilitação Urbana em Angola – uma alternativa fiscal e cambial



De porte austero e imponente, na Marginal de Luanda, podemos apreciar o belo edifício do Banco Nacional de Angola (BNA), um dos monumentos mais emblemáticos da cidade capital. Com linhas arquitectónicas clássicas, o interior luxuosamente revestido em mármore, o palácio da instituição financeira central foi construído em 1956, pelo arquitecto Vasco Regaleira. Nascido em Lisboa, Regaleira contribuiu de forma decisiva e positiva para o engrandecimento do imobiliário histórico do nosso país. Porém, com o passar dos anos, tornou-se visível o seu desgaste, muito devido à debilidade da política de reabilitação urbana.

Fazem parte do conjunto de monumentos históricos a Igreja da Sagrada Família, a Igreja do Carmo, o Palácio de Ferro, o Hospital Maria Pia, o Liceu Salvador Correia, todos em Luanda, o Forte da Muxima e a Igreja da Muxima, no Bengo, a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, o Palácio do Comércio, em Benguela, a Catedral da Sé, na Huíla, a Igreja do Tchiowa, em Cabinda, o Forte do Massangano, no Cuanza Norte, a Igreja Evangélica do Quêssua, em Malanje, a Fortaleza de São Fernando e Capangombe, a Igreja de São Adrião, em Moçâmedes, entre tantos outros, dispersos pelas 18 províncias da nossa pátria e injustamente negligenciados.

Em contrapartida, assistimos noutros pontos do mundo moderno a uma tendência diametralmente oposta, ou seja, constatamos a von-

tade de recuperar, preservar e fomentar o acervo histórico e imobiliário metropolitano, por via da reabilitação urbana. Tema muito debatido no cenário internacional, a reabilitação urbana, em traços muito genéricos, tem como objectivo a intervenção integrada sobre o tecido imobiliário existente, mantendo-se intacto o património histórico das cidades, através da realização de obras de remodelação dos espaços urbanos e /ou verdes.

Em Angola, o enquadramento jurídico da reabilitação urbana é inexistente, carecendo de um quadro económico e legislativo adequado, capaz de dinamizar o mercado da reabilitação, captar investimento local e estrangeiro, acoplado ao “know-how/saber fazer” específico da área. A par disso, um novo órgão de tutela deverá ocupar-se deste pelouro, por hipótese um “Instituto da Reabilitação Urbana”, com atribuições próprias, que passariam pela aprovação de projectos, concessão de benefícios fiscais, designação de zonas prioritárias para reabilitação, entre muitas outras tarefas. À semelhança de outros países, as cidades angolanas dividir-se-iam então em duas zonas distintas, nomeadamente, a Zona Histórica e a Zona Moderna.

Tendo em vista a captação de investimento, é necessário mencionar a concessão de benefícios fiscais específicos, que vão desde a concessão de taxas de impostos mais baixas, quando comparadas ao sector da construção tradicional, até mesmo isenções fiscais taxativas ou contratualizadas junto do “Instituto da Reabilitação Urbana”, mediante o caso concreto. Sob este mesmo ponto de vista, os acordos de facilitação de vistos têm aqui

especial relevância nesta matéria, pois uma política desta natureza poderá promover um fluxo maior de potenciais interessados neste sector. A título de exemplo, poder-se-ia criar um visto específico para este tipo de investidor, tal como já acontece com o investimento privado (o “visto privilegiado”)

Quanto às vantagens económicas, o sector da reabilitação urbana revela-se, nos dias de hoje, bastante rentável para todos os seus intervenientes. A julgar pela experiência bem sucedida de outras nações, os titulares dos imóveis podem obter rendas mais altas após a valorização deste, os investidores podem receber um elevado retorno do capital investido, os detentores de fortunas em moeda nacional podem canalizar parte da fortuna para a reabilitação urbana como activo de refúgio (perante desvalorizações e depreciações que serão sempre mais correntes comparativamente à amortização imobiliária) e, finalmente, o Estado, através da aplicação de impostos diferenciados, consegue obter maior receita em virtude do alargamento da base tributária e de poupança inserida no sistema económico.

A imagem reflecte a diferença de preços praticados no sector imobiliário, para o segmento de escritórios. No que consta à venda, os valores na Zona Histórica oscilam entre USD 9.767 (máximo) e USD 4.186 (mínimo) e na Zona Moderna, de 7.179 (máximo) e 3.537 (mínimo), demonstrando maior apreciação da primeira relativamente à segunda, evidenciando assim a viabilidade económica do património imobiliário histórico.

**Analista e consultor financeiro.*

Em Angola, o enquadramento jurídico da reabilitação urbana é inexistente, carecendo de um quadro económico e legislativo adequado, capaz de dinamizar o mercado da reabilitação, captar investimento local e estrangeiro, acoplado ao “know-how/saber fazer” específico da área.

Mercados & Finanças

NO QUADRO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL E DA SUA ARTICULAÇÃO

Aguinaldo Jaime a favor da autonomia do Banco Nacional de Angola

REGULAÇÃO. Antigo governador do banco central e actual PCA da ARSEG defende a ideia de que o Banco Nacional de Angola deve ser autónomo, referindo, entretanto, que a autonomia não deve significar ausência de coordenação entre as políticas monetária e fiscal, esta última da responsabilidade do Ministério da Finanças.

Por Tchissoca Rodrigues

O presidente do conselho de administração da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) e antigo governador do Banco Nacional de Angola, Aguinaldo Jaime, defendeu, na semana passada, não estar de acordo com um banco central “que seja um órgão do Executivo”.

“Em minha opinião, o banco central não deve ser um órgão do Executivo, porquanto, nessa condição, estaria subordinado às deliberações tomadas nos órgãos colegiais do Executivo, perdendo a sua autonomia na condução da política monetária. Mas tem de haver uma articulação e harmonização das políticas monetárias fiscal e de rendimentos, pelo impacto que todas elas têm no equilíbrio das finanças públicas e na procura agregada”, explicou o gestor ao responder a várias questões que lhe foram colocadas por um auditório de cerca de 100 estudantes universitários, candidatos ao ‘Prémio Estudante Nova Gazeta-2017 (PENG)’, entregue no passado dia 9.

Acrescentou serem diferentes a missão do Ministério das Finanças e do Banco Nacional de Angola e as pressões a que ambos estão sujeitos.

“A principal missão do Banco Nacional é preservar o valor da moeda nacional e das reservas externas do país, garantindo um mínimo de meses de importações e a racionalidade dos preços relativos, dos

bens produzidos localmente e dos bens importados. Já o Ministério das Finanças tem, sobretudo, a missão de garantir a realização e a racionalidade da despesa pública, viabilizando o funcionamento das várias estruturas do Estado e a execução do programa de investimentos públicos. É normal que, por força do facto de as missões serem diferentes, surjam divergências e, por vezes, até conflitos, entre uma e outra instituição, que têm de ser arbitrados”, disse.

Citou vários modelos de como o BNA e o Executivo podem interagir, sem que este interfira directamente na condução da política monetária do banco central, de modo a salvaguardar a autonomia do regulador e supervisor do sistema bancário. Deu como exemplo a criação de um comité de coordenação política monetária e fiscal, ou outro com função equivalente, modelo já praticado em Angola e noutros países, que formula, após análise dos dados da execução fiscal e do panorama monetário, recomendações sobre políticas fiscal e monetária, para que esta harmonização seja conseguida.

A este respeito, referiu a recente criação, no país, do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira, integrado pelo Ministério das Finanças, Banco Nacional de Angola, pela Comissão do Mercado de Capitais e ARSEG, com coordenação rotativa, como “mais um órgão de coordenação da actuação dos diferentes reguladores, com vista a prevenir a ocorrência de riscos sistémicos”.

“O banco central deve ser autónomo no sentido de que formula as suas políticas com independência. Mas não podemos conceber a autonomia como se o banco central fosse



Aguinaldo Jaime coordenou a equipa económica do Governo entre 2002 e 2008.

MEMORIZE

- O gestor mostrou estar a favor da corrente que entende que, com a última versão da Lei Orgânica do BNA, este parece ter perdido alguma independência na formulação da política monetária.

uma ilha, completamente isolada das restantes instituições. Sem coordenação de políticas, a gestão macroeconómica não pode ter sucesso”, disse.

Com essa opinião, o gestor mostra estar a favor da corrente que

PREVENIR CONFLITOS E SANAR DIVERGÊNCIAS

O antigo coordenador da equipa económica do Governo e governador do BNA insistiu que, sendo as missões do Ministério das Finanças e do BNA diferentes, é normal a ocorrência de conflitos ou divergências institucionais, sobretudo em situações de crise económica e financeira. Exemplificou com a conjuntura actual em que é “maior a competição entre as diferentes instituições e entre os diferentes grupos económicos e sociais por recursos escassos e por poder haver diferentes entendimentos sobre o melhor caminho a seguir para o alcance dos objectivos superiormente fixados, consoante a escola de pensamento de que seja adepto”. Aguinaldo Jaime lembrou uma reunião entre o banco central e o MINFIN, no período 2002-2008, mas anterior à sua nomeação como ministro-adjunto do primeiro-ministro, que terminou com expulsão do então vice-governador do BNA da sala pelo ministro das Finanças.

“Na altura em que fui nomeado ministro-adjunto do primeiro-ministro e coordenador da equipa económica do Governo, fui confrontado com um clima de crispação entre o MINFIN e o BNA, que culminou com a expulsão do vice-governador do BNA de uma das reuniões da equipa económica, pelo ministro das Finanças! A minha primeira tarefa foi, pois, a de restaurar o clima de confiança e de cooperação institucional entre os condutores da política fiscal e monetária. Hoje, felizmente, os tempos são outros, mesmo estando o país em crise.”

O PCA da ARSEG lembra, entretanto, que “essa tensão institucional não existe só em Angola, porquanto ela decorre das diferentes missões que cada instituição tem. O importante é que as divergências sejam discutidas e, se degenerarem em conflito, que sejam arbitradas, no interesse da gestão macroeconómica coordenada do país e dos objectivos de política económica superiormente traçados”.

460

OS CINCO DOS MAIORES BANCOS que operam em Portugal apresentaram, de Janeiro a Setembro deste ano, lucros agregados de 460 milhões de euros, contra os 30,9 milhões de euros negativos de igual período anterior, noticiou o 'Jornal de Angola'.



NO SEU PRIMEIRO ANO DE ACTIVIDADE

Master Seguros factura 1,5 milhões de dólares

SEGURO. Seguros de saúde e automóvel foram os principais responsáveis do resultado que a empresa considera positivo. Empresa perspectiva um crescimento de entre 20% e 25% até ao primeiro semestre do próximo ano.

Por Nelson Rodrigues

A 'Master Seguros', companhia inaugurada há pouco mais de um ano no mercado nacional, facturou, desde Agosto do ano passado, cerca de 1,5 milhões de dólares, com o seguro automóvel e o de saúde a responderem com a parte considerável dos fluxos de caixa do período, revelou ao VALOR o seu administrador comercial, Adriano Gomes.

"Tivemos um volume de facturação, até finais de Agosto, de cerca de 1,5 milhões de dólares. Para nós, que começámos há um ano e nas circunstâncias em que o país se encontrava e se encontra, é um balanço positivo, principalmente pelo facto de não termos pessoas experientes", explica Adriano Gomes.

A partir do actual volume de facturação, o gestor perspectivou um crescimento de entre 20% e 25%, até ao primeiro semestre de 2018, que deverá ser influenciado pela introdução do produto 'Infortúnio Familiar' e o reforço da campanha de comunicação da marca.

A implementação do referido produto é uma das inovações que a empresa pretende executar até ao primeiro trimestre de 2018, num pacote onde ainda consta a criação de agentes exclusivos de vendas de seguros, formados pela Master e credenciados pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG).

No que ao infortúnio familiar diz respeito, o gestor explicou que se trata de um produto que assegura, por exemplo, as despesas com a formação dos educandos do proponente, durante o ano lectivo, em caso de incapacidade financeira por morte ou invalidez do mesmo.

"Agora que vai acontecer a fase de

MEMORIZE

● A empresa perspectiva um crescimento na receita de entre 20% e 25% até ao primeiro semestre de 2018, que deverá ser influenciadas pela introdução do produto 'Infortúnio Familiar' e o reforço da campanha de comunicação da marca.

50

Mil kwanzas, valor mínimo do plano seguro de saúde da empresa

confirmação de matrículas, a master lança um seguro novo, que é o seguro escolar que algumas companhias já têm, mas com a inova-

ção do Infortúnio Familiar. Essa é uma cobertura que garante que, em caso de morte do responsável para o pagamento de propinas do formando, a Master responsabiliza-se a pagar a propina até ao final do ano. Isto é uma novidade que trazemos para o mercado", sublinhou o administrador comercial. Acrescenta que, entretanto, o pacote não cobre a incapacidade financeira por desemprego.

"Estamos a fazer este seguro em duas perspectivas: uma é a própria instituição fazer o seguro, para que os seus estudantes estejam segurados e a outra é por via dos próprios estudantes. Ou seja, os encarregados podem aderir ao produto de forma particular, para coberturas nos níveis de formação primário, secundário e superior", acrescenta.

PREÇOS COMPETITIVOS

Por outro lado, Adriano Gomes adiantou ser objectivo da Master permitir que as famílias mais carencia-

das tenham acesso aos produtos de seguro, pelo que aposta em múltiplas opções de serviços e formas de contratação de seguro. Como exemplo, garantiu praticarem "os preços mais competitivos do mercado" no que ao seguro de saúde diz respeito.

"Temos os preços mais competitivos, com produtos mais acessíveis em termos de coberturas. Os preços estão mais relacionados com as coberturas que o mesmo produto tem. Em vez de estarmos a criar produtos muito volumosos em termos de coberturas, que depois agrava o prémio e que muitas pessoas não têm acesso, criámos vários pacotes em que começamos do mais alto ao mais baixo", explicou, indicando 50 mil como o valor mais baixo para o contrato de seguros e saúde.

"Temos planos que saem desde 50 mil kwanzas, independentemente da cobertura da idade da pessoa e é muito acessível para o cidadão comum", sublinha, apontando para o pacote que cobre internamento hospitalar e cirurgias, até um valor de três milhões de kwanzas, além dos ambulatorios, onde estão incluídos as consultas eletivas e os exames.

MAIS PONTOS DE VENDAS

Com apenas duas agências de negócios em Luanda, a Master Seguros é uma entre as 25 operadoras de seguro a exercer actividade no país, e já antevê alargar as suas unidades de negócios fora da capital, com a abertura, nos próximos dias, de mais agências fora de Luanda, sendo a Huíla a província escolhida. Está também em carteira o aumento de venda por via dos agentes individuais.

Mercados & Finanças

Archer Manguera,
ministro das Finanças



15

De Dezembro, data limite para a entrega do OGE à Assembleia Nacional em ano eleitoral

proposta de orçamento, numa altura em que se diz que se quer virar o paradigma, virar uma forma de funcionar, se faça numa perspectiva de ver o país a recuperar desta crise”, projecta ainda Adalberto da Costa Júnior.

FINANÇAS GARANTE HONRAR PRAZOS

Já o ministro das Finanças, Archer Manguera, garantiu que a preparação do Orçamento Geral de Estado de 2018 está em curso e que o prazo definido pelo Executivo para a sua submissão ao parlamento será cumprido.

Archer Manguera indicou que foi aprovado um programa que prevê a apresentação, ao longo deste mês, em sessão do Conselho de Ministros, da proposta de OGE 2018.

“É um processo interactivo com os diferentes sectores, ainda estamos no âmbito do que a lei nos permite em ano eleitoral”, referiu, reafirmando que “os prazos que foram definidos pelo Executivo na sua primeira sessão vão ser cumpridos”.

QUADRO MACROECONÓMICO DIFÍCIL

O ministro das Finanças afirmou, por outro lado, que o país enfrenta um “quadro macroeconómico difícil”, decorrente da prolongada baixa da cotação do petróleo, e que a consolidação orçamental vai obrigar a “suportar sacrifícios”.

“Tenhamos consciência que não há parto sem dor. Infelizmente, para conseguirmos evoluir para um novo modelo económico, teremos de suportar sacrifícios, que vão resultar da inevitável consolidação orçamental”, enfatizou Archer Manguera.

O país acaba de sair das eleições gerais a 23 de Agosto de 2017, que elegeu João Lourenço como novo Presidente, que sucedeu a José Eduardo dos Santos.

*Lusa

A FALTAR UM MÊS PARA APRESENTAR PLANIFICAÇÃO FINANCEIRA

Governo caminha para 2018 com o ‘risco’ de activar duodécimos

ORÇAMENTO. Parlamentares desconhecem datas para a discussão do OGE para 2018, devido a atraso na entrega do documento à Assembleia. Lei obriga à transferência para o ano seguinte da programação orçamental, caso os prazos de aprovação da nova proposta excedam datas legais.

Por Nelson Rodrigues*

final de OGE, relativa ao exercício subsequente “até ao dia 31 de outubro”, a qual deve ser votada, naquele órgão de soberania, até 15 de Dezembro.

Vários parlamentares confirmam desconhecer, nesta altura, uma data concreta para a entrega na AN da proposta de OGE para o próximo ano, que deve acontecer em Dezembro, não sendo também conhecido que o documento final tenha já sido levado a Conselho de Ministros.

“Isto estava previsto, há condições de funcionalidade e há onde ir buscar respostas a esse nível. Mas temos esperança que se possa acelerar estas questões”, explicou o deputado e líder parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, citado pela Agência Lusa.

MEMORIZE

• Uma adenda à lei, introduzida em 2012, prevê, entretanto, o alargamento do período para a apresentação da proposta de OGE até ao ano subsequente, em ano de eleições. A alteração permite que a proposta seja levada ao parlamento até 15 de dezembro e que a votação aconteça até 15 de Fevereiro.

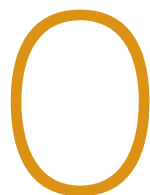
Uma adenda à lei, introduzida em 2012, prevê, entretanto, o alargamento do período para a apresentação da proposta de OGE até ao ano subsequente, em ano de eleições. A alteração permite que a

proposta seja levada ao parlamento até 15 de dezembro e que a votação aconteça até 15 de Fevereiro, neste caso de 2018.

Neste cenário, conforme determina a mesma lei, sem a votação de um novo Orçamento no parlamento, “reconduz-se o orçamento do ano anterior, até à sua aprovação final, vigorando as regras duodecimais sobre a gestão orçamental até à aprovação da nova proposta”.

Depois dos anos 2015 e 2016, em que o Governo levou ao parlamento, ao longo do exercício, propostas de orçamento rectificativo, face às consequências da contínua quebra na cotação internacional do barril de petróleo, o maior partido da oposição apela à apresentação na Assembleia Nacional de uma proposta “realística” para 2018.

“Esperamos que a entrega desta



O Governo tem um mês para entregar, no parlamento, a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2018, prazo mais dilatado devido às eleições gerais de Agosto, que deverá implicar uma gestão por duodécimos.

De acordo com a lei quadro do Orçamento Geral do Estado (OGE), no seu artigo 24.º, o Presidente da República deve remeter à Assembleia Nacional (AN) a proposta

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Empresas & Negócios

EXONERADA DA SONANGOL

Isabel dos Santos defende-se com os números do exercício em curso

BALANÇO. Receita de 15,6 mil milhões de dólares é um dos números avançados por Isabel dos Santos entre muitos que constariam do relatório e contas do seu primeiro ano económico em frente da petrolífera.



Isabel dos Santos saiu antes de completar o seu primeiro exercício completo.

Por César Silveira

Ao ser exonerada quando faltam pouco menos de dois meses para do final do ano, Isabel dos Santos vê interrompido aquele que seria o seu primeiro ano económico completo na liderança da Sonangol e, como tal, digno de avaliação dos resultados da sua gestão.

Ainda assim, a gestora revelou, em comunicado, alguns números do ano em curso numa iniciativa que, segundo algumas vozes, tem como objectivo deixar a sua marca na gestão da petrolífera, visto que os méritos e fracassos do exercício de 2016 serão sempre repartidos com a administração de Francisco

de Lemos que liderou o primeiro semestre daquele ano.

Entre os números revelados, destaca-se os 15,6 mil milhões de dólares atribuídos à receita que resultará de um ligeiro crescimento, quando comparada aos 14,8 mil milhões de 2016. A gestora garante ainda que a redução da dívida de mais de 50%, passando de 13 mil milhões de dólares para sete mil milhões.

Outro número de realce tem que ver com o resultado operacional positivo de 100 milhões de dólares da Sonangol Pesquisa e Produção para o ano em curso. No comunicado, Isabel dos Santos lembra que, em 2015, esta empresa (de onde exonerou o actual PCA da Sonangol, em Dezembro de 2016) “tinha um resultado operacional negativo de

859 milhões USD” que foi reduzido “para 256 milhões de USD em 2016”. De resto, os resultados negativos foram apresentados como a razão da exoneração de Carlos Saturnino até então CEO da empresa.

“A Sonangol P&P é a empresa do grupo Sonangol que, durante a avaliação efectuada, apresentou as maiores debilidades de gestão e consequentemente de desvios financeiros”, referia o comunicado.

No entanto, o agora PCA da Sonangol reagiu, na altura, manifestando-se “surpreendido pela redacção” do comunicado de exoneração que, segundo ele, poderia dar a entender que todos os erros do passado, cometidos na empresa, tinham sido cometidos pela sua equipa. Disse ainda que o conselho de administração da

Sonangol EP tinha “conhecimento e documentos”, apresentados pela sua equipa sobre o estado da empresa nos anos anteriores.

À sua saída, Isabel dos Santos deixa a garantia de um financiamento de dois mil milhões de dólares “com a assinatura prevista para os próximos dias, que garantirá o pagamento de todos os ‘cash calls’ relativos a 2017, permitindo, assim, chegar ao final do ano sem dívidas aos nossos parceiros”.

O incumprimento do ‘cash calls’ foi um dos constrangimentos da gestão de Isabel dos Santos. Segundo apurou o VALOR, a dívida acumulada do ano em curso estava avaliada, até há três semanas, coincidentemente, em cerca de dois mil milhões de dólares.

A garantia do financiamento é, no entanto, um dos destaques, se se tiver em conta que, durante 2016, a empresa teve dificuldade de adquirir financiamentos devido aos incumprimentos.

“A Sonangol tem vindo a honrar o pagamento das prestações mensais referentes à sua dívida financeira aos bancos. No entanto, o incumprimento por parte da Sonangol em 2015 dos convénios financeiros (outras condições contratuais) com os bancos resultou num conjunto de constrangimentos, sobretudo limitando o acesso ao financiamento que estava programado para 2016. A dívida financeira da empresa para 2016 está estimada em 9.851 milhões USD (nove mil oitocentos e cinquenta e um milhões)”, informou a administração de Isabel dos Santos.

A ALASSOLA FÁBRICA têxtil localizada em Benguela necessita de 11 mil toneladas de algodão por ano para que no primeiro trimestre de 2018 possa colocar em funcionamento as três linhas de produção, anunciou o PCA, Tambwue Mukaz.



O PRIMEIRO ANO DE ISABEL DOS SANTOS NA SONANGOL

O conselho de administração da Sonangol, liderado por Isabel dos Santos, foi nomeado em Junho de 2016, num clima de incertezas sobre a legalização e ou não na nomeação da empresária para desempenhar o cargo de PCA, bem como sobre a sua (in)capacidade de emprestar à petrolífera a robustez económica de outrora.

Era assim impossível atribuir-lhes todos os méritos e fracassos de 2016 pelo que se aguardavam pelos resultados de 2017 para a sua avaliação efectiva. No entanto, os primeiros meses de actividade deram sinais de vitória aos que apostavam todas as cartas a favor de Isabel dos Santos. Muitos acreditavam ser a pessoa certa para desbloquear alguns dossiers que se entendiam urgentes.

A autorização do Executivo, em despacho presidencial de 5 de Julho de 2016, para a petrolífera alterar o contrato de partilha de dois blocos no sentido de os tornar viáveis foi uma das decisões que serviram como exemplo para mostrar a influência que teria Isabel dos Santos para a resolução dos referidos dossiers.

Muitas foram as decisões tomadas nos primeiros dias. Foi também aplaudida ao suspender, em Julho, a venda de todos os activos da empresa.

Em Dezembro de 2016, no seu primeiro balanço sobre o ponto de situação do Programa de Transformação da Sonangol, a administração declarou ter encontrado uma situação “bastante mais grave do que o cenário inicialmente delineado, obrigando a decisões de gestão com carácter de urgência”.

Em termos financeiros, o documento informou que a petrolífera se encontrava em situação de incumprimento, o que dificultava o acesso a novos financiamentos.

Portanto, Isabel dos Santos teve o mérito de assumir o cenário de quase falência técnica da empresa, desmentido pela anterior administração, depois de lhe ser atribuída a autoria de um relatório que dava conta de um cenário semelhante ao que a actual administração tornou oficial.

O relatório e contas da empresa referente ao exercício de 2016, de resto, mostra que, nesse ano, a petrolífera não beneficiou de qualquer financiamento bancário internacional

7

Mil milhões USD, valor para o qual Isabel dos Santos terá recuado a dívida da Sonangol, dos 13 mil milhões que encontrou.

2

Mil milhões USD, financiamento que Isabel dos Santos deixa garantido à Sonangol.

MEMORIZE

- Outra suspensão perigosa que tem estado a embaraçar a Sonangol tem que ver com a com o cancelamento dos concursos públicos para a licitação de Blocos da Zona Terrestre das Bacias do Kwanza (KON 5, KON 6, KON 8, KON 9 e KON 17) e do Baixo Congo (CON 1, CON 5 e CON 6).

UMA APOSTA RESOLVIDA PELO ANTERIOR CA

Reduzir para menos de 10 dólares o custo de produção do barril de petróleo no país foi uma das principais apostas assumidas pela administração de Isabel dos Santos, aquando da tomada de posse. Desafio ambicioso, considerando os 14,75 dólares por barril que era a referência, desde a apresentação do relatório e contas de 2014. Entretanto, a proeza de diminuir para 8,08 dólares coube, ainda, à administração de Francisco de Lemos, segundo relatório e contas da empresa referente ao exercício de 2015. À administração de Isabel dos Santos baixou, posteriormente, para sete dólares.

CANCELAMENTO DE NEGÓCIOS... E OS RICOS

Outra decisão que pode servir para reforçar a ideia de existir ainda indecisão sobre a gestão da administração liderada por Isabel dos Santos tem que ver com a suspensão do contrato que visava a compra de dois activos petrolíferos à americana Coblat. Assinado em Agosto de 2015, o negócio estava avaliado em cerca de 1,75 mil milhões de dólares. Entretanto, em Agosto de 2016, as partes anunciaram a desistência da Sonangol e a possibilidade de os 40% dos blocos 20 e 21 serem comercializados a uma terceira entidade. Faltavam poucos dias para o terminar o prazo de vigência do referido contrato. Muitos acreditavam que a Cobalt não conseguiria efectuar a venda no referido prazo tal como veio a acontecer, cenário semelhante aos dias de hoje. Sequencialmente, a Cobalt Internacional recorreu à arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (ICC na sigla inglesa), reclamando uma compensação de dois mil milhões de dólares à petrolífera nacional, devido à anulação de um negócio de 1,75 mil milhões de dólares. O referido cenário comprometeu ou pelo menos deixou em ‘stand by’ os aplausos que a decisão de desistência do negócio mereceu na altura face à avaliação do mesmo no actual cenário económico.

Mas não é tudo. A Sonangol poderá ter de pagar à petrolífera norte-americana outros 174 milhões de dólares, acrescido dos devidos juros relativos a dividendos da exploração com a Sonangol Pesquisa e Produção do bloco 21.

Outra suspensão perigosa que tem estado a embaraçar a Sonangol tem que ver com a com o cancelamento dos concursos públicos para a licitação de Blocos da Zona Terrestre das Bacias do Kwanza (KON 5, KON 6, KON 8, KON 9 e KON 17) e do Baixo Congo (CON 1, CON 5 e CON 6). Um processo iniciado em 2007 e visava proporcionar aos empresários e empresas angolanas, oportunidades para se desenvolverem com a actividade do Upstream. No entanto, fontes familiares ao processo garantem que a suspensão do processo é compreensível, visto que o mesmo foi elaborado com o preço de referência de 80 dólares e a baixa do preço do petróleo exigia a revisão dos acordos que careciam também da aprovação do Ministério das Finanças que, no entanto, não respondeu a tempo a solicitação da Sonangol.

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Empresas & Negócios

COM A CAPACIDADE DE UM MILHÃO DE APARELHOS POR ANO

Fabricante de telemóvel angolano vai transferir fábrica para o país

TELEFONIA MÓVEL. Em Janeiro, vai lançar uma nova imagem corporativa e introduzir no mercado novos aparelhos. Para fazer face às falhas, investiu num laboratório no país.

Por Valdimiro Dias

A Facemundi Angola, primeira fabricante angolana de telemóveis, prevê instalar, até ao fim do primeiro trimestre de 2018, uma fábrica no país com capacidade de produção anual de um milhão de aparelhos, segundo o seu director-geral, Nilton Viana, em exclusivo ao VALOR.

Sem entrar em detalhes sobre o investimento, o gestor explicou que a transferência para o país da unidade de produção, situada na China, resulta de investimentos de parceiros angolanos que abraçaram o projecto.

Em Maio passado, Viana estimou, no entanto, em cerca de sete milhões de dólares o investimento necessário para a transferência da unidade para o país. Na altura, referiu que a empresa estava a negociar com as entida-

des governamentais para que fosse garantido “apoio institucional” no sentido da obtenção de financiamento bancário.

Para o gestor, a transferência da unidade vai concorrer “para prover melhor o mercado nacional e reduzir os custos de importação a partir do país asiático”, situação agravada com a dificuldade de obtenção de divisas. Pelos cálculos de Viana, o investimento deverá proporcionar mil empregos directos que serão assegurados maioritariamente por nacionais.

Em 2013, a Facemundi Angola criou uma parceria com Facemundi China para a produção de telefones na China, num investimento de 3,5 milhões de dólares. A empresa produz actualmente 300 mil telefones por ano, mas, com a transferência da unidade, a produção poderá ser triplicada para perto de um milhão.

Para Janeiro de 2018, a Facemundi prevê lançar uma nova imagem corporativa e introduzir, no mercado, novos aparelhos com qualidade superior em relação aos produtos que actualmente comer-



O empresário Nilton Viana já incluiu a exportação na estratégia de crescimento.

INVESTIR CONTRA FALHAS TÉCNICAS

Nilton Viana adiantou que a empresa investiu cerca de 200 mil dólares para contrapor as falhas técnicas apresentadas por alguns telefones. Para o efeito, a Facemundi Angola apetrechou um laboratório de desenvolvimento e reparação de telefones, que também atende às necessidades de outras marcas, bem como das principais operadoras móveis. Com uma capacidade de assistência de 20 aparelhos por dia, o laboratório conta com 18 engenheiros, contratados localmente. “Vimos que deixar esta parte com os parceiros chineses não seria ideal, por isso contratamos localmente engenheiros de qualidade que avaliam os produtos de acordo com aquilo que desenhamos, antes de entrarem no circuito da comercialização”, justificou.

Nilton Viana reconhece que as falhas afectaram a venda dos mais de 80 mil aparelhos de vários tipos, comercializados maioritariamente fora de Luanda desde o lançamento em Dezembro de 2016.

Os telefones da Facemundi foram inteiramente desenhado em Angola, mas são fabricados na China, seguindo o modelo das grandes marcas, como é o caso da iPhone, que foi concebido nos EUA. Segundo os seus promotores, o aparelho oferece um conjunto de aplicações formatadas e dimensionadas para a realidade angolana e tem uma variedade de modelos com designação de ícones nacionais, como “Imbondeiro” e “Palanquinha”.

Os países vizinhos entram nas ambições da Facemundi Angola, sobretudo quando a fábrica atingir o máximo da produção, visto que, segundo o gestor, o mercado angolano seria insuficiente para absorver a oferta. Viana aponta, sobretudo, a RDC com potencial para as vendas do telefone “feito em Angola”.

MEMORIZE

● Em 2013, a Facemundi Angola criou uma parceria com Facemundi China para a produção de telefones na China, num investimento de 3,5 milhões de dólares. A empresa produz actualmente 300 mil telefones por ano, mas, com a transferência da unidade, a produção poderá ser triplicada.



200

Mil dólares é o total do valor investido num laboratório de desenvolvimento e reparação de telefones.

cializa. A empresa tem ainda, em agenda, o início, para breve, da comercialização dos telefones nas lojas de conveniências dos postos de abastecimentos de combustíveis da Sonangol.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

(In)formalizando

AGT CATALOGOU 2.660 COMERCIANTES

Quase metade dos comerciantes em Viana operava na informalidade



Cacuaco e Rangel são as próximas paragens da iniciativa de combate à informalidade.

IMPOSTOS. Cidade da China, Shopping Kilamba e casinos destacam-se entre os infractores. AGT detectou, só no município de Viana, 1.058 comerciantes na informalidade dos 2.660 existentes. Em 20 dias, a instituição arrecadou 200 milhões de kwanzas e identificou mais de 400 milhões

Por Isabel Dinis

A

iniciativa de 'Alargamento da Base Tributária, Combate à Informalidade e a Potencialização da Receita', que a Administração Geral Tributária (AGT) está a desenvolver desde Setembro, detectou, em Viana, que cerca de 40% dos comerciantes não pagavam impostos.

Entre os comerciantes em falta, destaca-se grande parte dos que vendem no centro comercial Cidade da China e no Shopping Kilamba, ambos localizado na via expressa Fidel Castro.

O projecto de alargamento da base tributária visa "sensibilizar, identificar, notificar, contribuir para a justiça fiscal e potenciar a arrecadação de receitas", tirando do mercado informal os agentes económicos. A iniciativa identificou, naquele que é o município mais populoso de Luanda, 1.058 comerciantes dos 2.660 existentes

que actuam informalmente na venda de mercadorias diversas, contando com o mercado do 'Km 30'.

A informação foi avançada pelo coordenador do projecto, Gerson Bravo, do departamento de serviços fiscais da terceira região tributária, em Luanda, assegurando que a iniciativa vai abranger todos os municípios da capital e está a decorrer em simultâneo em outras províncias.

Segundo cálculos da AGT, a campanha permitirá arrecadar, só em Viana, cerca de 449,1 milhões de kwanzas para o Estado, caso os

“No seu relatório, a AGT informa que a maioria do comércio nos mercados informais, cantinas e armazéns, em Viana, é controlada por estrangeiros ilegais.”



A AGT diz que fiscalização do comércio por vários organismos do Estado propicia “descoordenação”.

Manuel Tomás ©VE

contribuintes paguem os impostos na sequência das notificações. Os cálculos correspondem aos resultados económicos de 2013 até ao ano passado e recaem sobre o imposto industrial, selo sobre recebimento e imposto predial urbano (IPU), em cerca de mil notificações.

No entanto, segundo o relatório de intervenção, durante os trabalhos, que duraram 20 dias, a instituição arrecadou cerca de 200 milhões de kwanzas daqueles comerciantes que manifestaram o interesse de cumprir as obrigações com Estado imediatamente.

Na via expressa, os técnicos da AGT constataram que, além dos centros comerciais Cidade da China e Kilamba, grande parte dos diversos casinos e armazéns não paga impostos, de acordo com os rendimentos mensais. A autoridade tributária verificou também a existência de muitos comerciantes estrangeiros que trabalham com a situação migratória ilegal ou irregular e sem documentação que os autorize a exercerem o comércio.

A instituição lamenta o facto de fiscais de alguns organismos públicos se beneficiarem da “desorganização” causada pela ilegalidade de estrangeiros, no sentido em que os têm extorquido por estarem à margem da lei. “O que faz com que, quando os chamamos para o pagamento de impostos, aleguem que já têm pago somas avultadas a fiscais de alguns organismos”. Gerson Bravo atribui a situação ao facto de vários ór-

2.660

Total de comerciantes em Viana

1.058

Agentes económicos com características de contribuintes informais

gãos do Estado fiscalizarem a actividade comercial, provocando uma “descoordenação” entre os mesmos que é aproveitada pelos comerciantes. A situação faz com que a AGT acabe por cair no “descrédito” e vem “sujar o bom nome do Estado”, aponta o relatório.

ESTRANGEIROS DOMINAM

No seu relatório, a AGT informa que a maioria do comércio nos mercados informais, cantinas e armazéns, em Viana, é controlada por estrangeiros ilegais. A autoridade tributária estima entre um e oito milhões de kwanzas a facturação diária destes comerciantes. O relatório salienta que é necessária a “sensibilização” e o “aperto do cerco” aos “infractores”, visto que os mesmos não contribuem

para o fisco, além de que repatriam os seus rendimentos para os países de origem.

Segundo ainda o relatório da AGT, muitos comerciantes são induzidos ao erro pelos donos dos alvarás, que garantem que os valores pagos pelo arrendamento já contemplam o pagamento de impostos. “Esta prática tem causado prejuízos avultados aos cofres do Estado”, aponta.

A AGT garante que conseguiu, no município de Viana, cadastrar todos os comerciantes que faziam parte do plano estratégico da actualização. Para os comerciantes sem o número de identificação fiscal (NIF), a administração criou um “NIF mercado informal” para o controlo da receita.

A iniciativa de alargamento da base tributária saiu de Viana para Cacucaco e, no próximo mês, vai para o Rangel. Para os demais municípios, ainda não há datas.

VENDA AMBULANTE, “SITUAÇÃO ESPECIAL”

A iniciativa da AGT não abrange a venda ambulante, garantiu Gerson Bravo. Para esta, vão ser criadas taxas fixas de acordo com o comércio de cada vendedor.

Nos mercados municipais, a AGT está a trabalhar com as administrações dos mercados para conciliar com a taxa que os vendedores já pagam para custear a limpeza e manutenção do espaço, evitando tornar mais oneroso o valor da taxa.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE

ESPECIALISTAS DISCUTEM TEMA PELA SEGUNDA VEZ

Fronteiras da arbitragem em conferência

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. Especialistas discutem, pelo segundo ano consecutivo, as fronteiras da arbitragem em Angola, tendo como base a futura adesão de Angola à Convenção de Nova Iorque.

Por António Nogueira

Quando acolheu, na passada quinta-feira, a VI Conferência Internacional de Arbitragem, uma iniciativa promovida pela Ordem

dos Advogados de Angola, em parceria com o Escritório MG ADVOGADOS e a Sociedade SLCM que decorreu sob o lema 'As Novas Fronteiras da Arbitragem em Angola'.

Na presente edição, o tema sobre a futura adesão de Angola à Convenção de Nova Iorque constituiu destaque, tendo sido realçadas igualmente temáticas como 'a arbitragem em novos domínios: laboral, administrativa e fiscal'.

Em complemento, a conferência contou ainda com a apresentação de um 'workshop' sobre 'a arbitragem e a alteração de circunstâncias em matéria de contratos'. Os temas apresentados tiveram como prelectores especialistas de Angola e Portugal, bem como um representante do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia.

Já na edição anterior desta conferência internacional, ocorrida no ano passado, a temática sobre as 'Novas Fronteiras da Arbitragem em Angola' tinha sido bastante discutida entre os participantes, particularmente entre os advogados.

Na altura, o patrono da MG Advogados, Manuel Gonçalves, defendeu que a adesão ou ratificação de Angola à Convenção de Nova Iorque sobre a Arbitragem poderá ajudar o país a atrair mais investidores estrangeiros, "por ser um meio de resolução de conflitos extrajudicial e um factor importante para um ambiente de negócios favorável".

O advogado sublinha que a Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem se reveste de capital importância para a economia nacio-



O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, é o primeiro que se encontra a funcionar, de forma efectiva, em Angola.

nal, sobretudo nessa altura de crise, porquanto os investidores estrangeiros antes de entrarem em qualquer país olham para o ambiente de negócios, nomeadamente o ranking 'Doing Business Record', ou lista do ambiente de negócios em que se encontram os países.

Nesta matéria, destacou Manuel Gonçalves, Angola precisa de estar em melhor posição no ranking do 'Doing Business Record' para atrair mais investidores, reforçando que uma das características para melhorar o ambiente de negócios, no plano internacional, é o posicionamento de Angola relativamente ao tema da arbitragem, tendo em conta que possibilita os investidores resolverem litígios, nos negócios, de forma célere sem recurso aos tribunais.

A adesão ou ratificação de Angola da Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem permite, por outro lado, o reconhecimento e execução das sentenças arbitrais proferidas no estrangeiro em Angola e vice-versa, apelando, por isso, à necessidade do projecto-lei sobre a matéria passar a vigorar no país.

MEMORIZE

● **Especialistas** defendem que a adesão ou ratificação de Angola à Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem poderá ajudar o país a atrair mais investidores estrangeiros, "por ser um meio de resolução de conflitos extrajudicial e um factor importante para um ambiente de negócios favorável".

A Assembleia Nacional aprovou a Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem a 12 de Agosto de 2016, mas o processo, segundo os especialistas, precisa de dar mais alguns passos para que seja um instrumento utilizável em Angola. A Convenção sobre Reconhecimento e a Execução de Sentenças foi celebrada a 10 de Julho de 1958, em Nova Iorque.

ACTIVIDADE JÁ ESTÁ REGULADA

O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL) do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, o

primeiro que se encontra a funcionar de forma efectiva, em Angola, já conta com um Regulamento de Arbitragem próprio, que vigora desde o passado dia 11 de Maio.

De acordo com os dados oficiais, o CREL foi criado, em 2014, como um centro público de arbitragem, com o propósito de colmatar a falta de actividade dos centros de arbitragem privados, procurando servir de motor para incentivar a utilização da arbitragem como método extrajudicial de resolução de litígios.

Porém, até à publicação do regulamento, o CREL só podia acolher arbitragens ad hoc, sendo que não dispunha de um quadro regulador de arbitragem próprio. Com a publicação da regulamentação em causa, este passa a poder acolher arbitragens institucionais, que se desenrolam segundo a tramitação processual nele prevista.

Os dados oficiais indicam ainda que, apesar de o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos ter aprovado a criação de quatro centros de arbitragem privados em 2012, até ao momento nenhum deles desenvolve

qualquer actividade, estando ainda pendentes, junto do Ministério, dois pedidos de aprovação de centros de arbitragem.

Os especialistas da MG Advogados explicam, num artigo a respeito do regulamento em causa, que, caso os interessados pretendam submeter os litígios oriundos de um determinado contrato, a arbitragem é necessária.

Por outro lado, ou seja no caso de o contrato ser anterior à entrada em vigor do Regulamento de Arbitragem do CREL, é necessário que as partes assinem um compromisso arbitral, através do qual atribuem ao CREL o poder de administrar a arbitragem, quanto ao litígio com que se deparem.

Segundo os analistas da MG Advogados, o Regulamento de Arbitragem do CREL "é um regulamento moderno, simples e de fácil aplicação". Nele se prevê, designadamente, que as notificações a efectuar entre as partes e o tribunal sejam feitas por via electrónica ou que o processo arbitral decorra dentro de prazos apertados.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.



Gestão

JUNTOS SOMAM MAIS DE 248,5 MIL MILHÕES USD

O trio de multimilionários mais rico do que metade da população dos EUA

CARREIRA. Bill Gates, Jeff Bezos e Warren Buffett têm, em conjunto, uma fortuna avaliada em cerca de 248,5 mil milhões de dólares, conclui estudo “Billionaire Bonanza”, recentemente divulgado.



Bill Gates



Jeff Bezos



Warren Buffet

Por António Nogueira

Os três homens mais ricos dos Estados Unidos da América (EUA) têm mais dinheiro que metade da população daquele país, calculada em 160 milhões de pessoas, segundo os dados oficiais.

Os multimilionários em causa são, segundo a imprensa especializada, os já conhecidos Bill Gates, fundador da Microsoft; Jeff Bezos, fundador e CEO da Amazon, e Warren Buffett, CEO da Berkshire Hathaway.

Este trio soma uma fortuna avaliada em 248,5 mil milhões de dóla-

res, de acordo com um novo relatório, designado ‘Billionaire Bonanza’ e elaborado pelo Inequality.org, recentemente divulgado.

A fortuna de Bill Gates é de 89 mil milhões de dólares, segundo o estudo, enquanto a de Jeff Bezos é de 81,5 mil milhões de dólares. Warren Buffett, por sua vez, é dono de uma fortuna avaliada em 78 mil milhões de dólares.

O relatório usou como base a mais recente lista dos mais ricos da Forbes. Os valores em causa, no entanto, variam dia após dia, sendo que estão ligados ao preço das acções que os empresários têm nas respectivas companhias.

O estudo mostra também que as 400 pessoas mais ricas dos EUA detêm uma fortuna conjunta de 2,68 biliões de dólares. Um valor equivalente ao produto interno bruto (PIB)

do Reino Unido, comparou o jornal ‘Daily Mail’.

“As nossas 400 pessoas mais ricas agora têm mais dinheiro combinado do que os 64% mais pobres da população norte-americana, cerca de 80 milhões de domicílios ou 204 milhões de pessoas. Ou seja, é mais gente do que a população do Canadá e a do México combinadas”, diz o estudo.

O documento defende que o presidente norte-americano Donald Trump deveria estabelecer impostos mais rigorosos à camada mais rica do país. “A desigualdade está a crescer. Agora é a hora de tomar acções que a reduzam e não o momento de cortes de impostos para os ricos”, disse o economista Chuck Collins, co-autor do estudo elaborado pelo equality.org.

“A nossa elite de multimilionários continua a separar-se do resto de nós. Não testemunhámos níveis tão

extremos de riqueza e poder concentrados há um século”, indica o estudo.

CIDADE FUTURISTA, A NOVA APOSTA DE BILL GATE

O mais novo projecto de um dos homens mais ricos do mundo é construir uma cidade futurista. Bill Gates acaba de dar o primeiro passo para tirar a ideia do papel. O fundador da Microsoft comprou, por 80 milhões de dólares, um terreno de 24,8 mil hectares no meio de um deserto no sudeste do estado norte-americano do Arizona.

De acordo com o Business Real Estate Weekly of Arizona, a cidade, baptizada de Belmont, terá capacidade para cerca de 80 mil unidades residenciais e quase quatro mil hectares reservados para indústrias, escritórios e comércio.

Uma comunidade com comuni-

cação e infra-estrutura de ponta, projectada em torno de redes digitais de alta velocidade, com uso de novas tecnologias de fabricação. É assim que a Belmonte Partners, empresa do ramo imobiliário, define as características da futura cidade inteligente.

A ideia de criar cidades como esta não é assim tão nova. A China, por exemplo, quer construir uma metrópole com tecnologia de ponta para rivalizar com Nova York, indica um artigo do ‘The Economist’.

O Google também segue nesta linha, mas escolheu Toronto como sede do seu projecto de cidade inteligente. E as empresas do Médio Oriente, que já estão acostumadas a realizar projectos faraónicos, não querem ficar para trás e antecipam um plano semelhante na Malásia, escreve ainda o ‘The Economist’ que, no entanto, não detalha os meandros do projecto.

Democracia além do Estado-Nação



KEMAL DERSİS

De acordo com o economista de Harvard Dani Rodrik, é impossível deter em simultâneo plena soberania nacional, democracia e globalização. O conceito de “trilema político da economia mundial” é útil, mas torna-se menos vinculativo quando se tem em consideração os níveis de governo acima e especialmente abaixo do Estado-nação.

De acordo com o economista Harvard Dani Rodrik, é impossível ter plena soberania nacional, democracia e globalização simultaneamente. O conceito de “trilema político da economia mundial”, que Javier Solana recentemente também explorou, é útil, mas incompleto.

O argumento de Rodrik, elaborado no seu novo livro, é que demasiada globalização desgasta a soberania dos Estados-nação democráticos, submetendo-os cada vez mais a forças económicas e financeiras que podem não corresponder aos desejos da maioria dos seus cidadãos. Segundo esta lógica, um estado autoritário pode funcionar melhor num mundo globalizado, porque, por exemplo, não está limitado por preocupações eleitorais.

Com menos globalização, a tomada de decisão democrática dentro do Estado-nação seria menos limitada por forças externas - particularmente mercados financeiros - o que significa que o seu alcance seria maior. A globalização e a democracia, sem o Estado-nação, também são possíveis, embora Rodrik seja céptico sobre se as instituições democráticas poderiam funcionar à escala global.

Obviamente, Rodrik não retrata este trilema como uma regra restrita e imutável. Pelo contrário, o seu objetivo é destacar os desafios associados à promoção ou manutenção destes três mecanismos institucionais, seja de forma parcial ou total. Mas, para aproveitar ao máximo o conceito de Rodrik, é necessário ter em conta outra dimensão: os muitos níveis de governação que existem no mundo actual.

O Estado-nação, administrado pelo governo nacional, continua a ser o ele-

mento fundamental da ordem internacional. Mas abaixo do estado-nação são estados (ou províncias), cidades e regiões, que podem ter as suas próprias estruturas de governação. Acima, existem blocos supranacionais como a União Europeia e instituições globais como as Nações Unidas. Qualquer discussão sobre o trilema deve ter em conta estes vários níveis de governação.

É verdade que a actual desilusão generalizada com os governos é, em parte, uma reacção contra a globalização, que parece impor-se aos estados-nação. Todavia, outro motivo para a desilusão pode ser que os cidadãos se sintam afastados dos seus governos nacionais.

No entanto, os governos subnacionais não estão assim tão distantes, e os cidadãos geralmente sentem que ainda podem exercer uma influência significativa sobre os mesmos. Como resultado, a tensão entre a democracia e a globalização parece ser menos aguda, como por exemplo, a nível municipal. Ajuda o facto de os governos subnacionais concentrarem-se mais com preocupações a nível local - como infra-estruturas, educação e habitação - que não são percebidas como fortemente influenciadas pela globalização.

No extremo oposto do espectro, estão estruturas de governação supranacionais, como a UE. A UE não trata somente de questões relacionadas com a globalização, como o comércio; os cidadãos europeus sentem que uma “Bruxelas” distante e desconectada, sobre a qual têm pouca influência, está a violar a soberania dos Estados-nação. Este sentimento, exemplificado no voto de Brexit, pode ser observado por toda a Europa.

A forma como estas dinâmicas podem complicar o trilema político de Rodrik tem sido demonstrada na Catalunha, onde a tensão entre a democracia local e o Estado-nação é ainda mais aguda do que com a globalização. De facto, muitos catalães sentem-se mais frustrados com o governo nacional de Espanha do que com a globalização ou com a UE. O mesmo pode ser dito da Escócia em relação ao Reino Unido.

Neste contexto, o recuo de um Estado-nação que rejeita a globalização, como está a ocorrer nos Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump, torna-se ainda mais problemático, porque ameaça ressuscitar todas as patologias económicas e políticas que o nacionalismo incitou no passado, trazendo ainda mais ameaças.

Mas o que aconteceria se adoptássemos uma nova abordagem, na qual a democracia e a soberania a nível local seriam reforçadas?

Em muitos países, se não na maioria, as cidades são os centros de inovação e de progresso, pois a promessa de aglomeração, economias de escala e efeitos secundários positivos atraem empresas de alto desempenho. Os cidadãos sentem-se perto dos seus governos municipais e orgulhosos das suas cidades, mas o seu orgulho na sua identidade não possui as qualidades prejudiciais do nacionalismo.

À medida que o Estado-nação cede parte do seu poder aos governos regionais, estaduais ou municipais, o trilema enfraquece. Tanto a democracia, com o seu sentido de pertença concomitante, como a globalização, impulsionada por cidades cosmopolitas abertas ao mundo, podem prosperar sem que nenhum país perca a

sua soberania.

Os benefícios desta abordagem poderiam ser profundos. Mas existem sérios riscos. À medida que as áreas metropolitanas bem-sucedidas atraem uma parcela crescente do capital de um país, mão-de-obra qualificada e capacidade inovadora, as áreas rurais, em particular, provavelmente enfrentarão o declínio económico: menos oportunidades de emprego, encerramento de hospitais e escolas, e deterioração das infra-estruturas. Esta tendência, como já vimos, cria um terreno fértil para os políticos populistas oferecerem soluções simplistas, enraizadas em ideologias extremas que semeiam a divisão e minam o progresso.

É por isso que se torna vital encontrar formas de ajudar, desde o início, todos aqueles que podem ser deixados para trás por este tipo de sistema. Aqui, o Estado-nação manteria um papel importante, embora um equilíbrio apropriado deva ser alcançado, a fim de evitar que o trilema se reafirme a si próprio.

Ex-Ministro das Relações Económicas da Turquia e ex-Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é Senior Fellow da Brookings Institution.

À medida que o Estado-nação cede parte do seu poder aos governos regionais, estaduais ou municipais, o trilema enfraquece. Tanto a democracia, com o seu sentido de pertença concomitante, como a globalização, impulsionada por cidades cosmopolitas abertas ao mundo, podem prosperar sem que nenhum país perca a sua soberania.



Internacional

PRESIDENTE DO ZIMBÁBUE APARECE EM PÚBLICO

Militares tentam convencer Robert Mugabe a abandonar o cargo

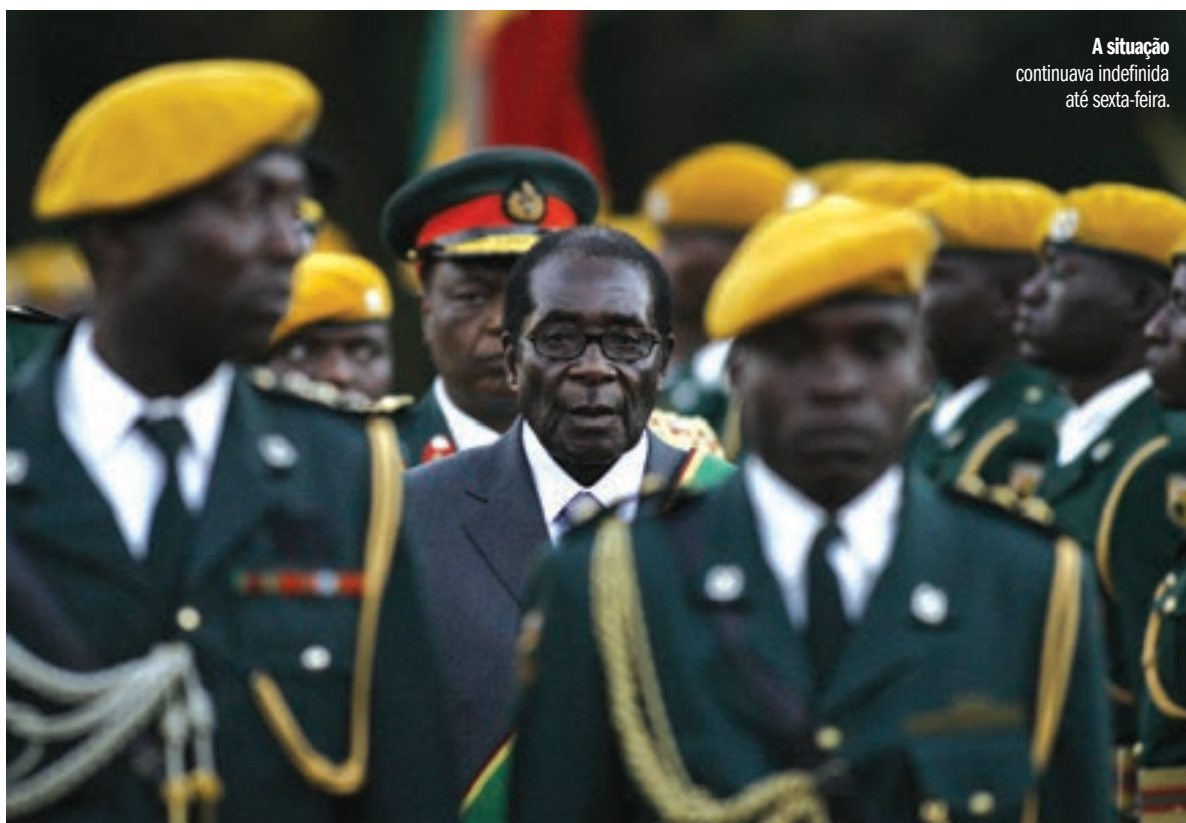
CRISE POLÍTICA. Presença de tropas e tanques na capital continua, mas os habitantes estão a regressar às tarefas do quotidiano. Ambiente tem sido descrito como pacífico. Mugabe é um dos mais antigos chefe de Estado do mundo, estando no poder há 37 anos.

Até sexta-feira, 17, prosseguiram as negociações para o afastamento de Robert Mugabe do cargo de presidente do Zimbábue, sendo que uma das principais questões em cima de mesa é a sua imunidade e a da primeira-dama. No entanto, o presidente zimbabueano recusava-se a renunciar o poder.

Mugabe esteve reunido com as chefias militares na presença de representantes do governo da África do Sul. Momentos depois e envergando um traje académico, o ainda presidente zimbabueano fez a sua primeira aparição pública desde que os militares tomaram o poder do país. Foi, sexta-feira, 17, numa cerimónia de entrega de diplomas na Universidade Aberta de Harare.

“Ele insiste em terminar o mandato. Creio que está a tentar ganhar tempo”, afirmou à Reuters uma fonte no Zimbábue, comentando o impasse político que se vive na capital, Harare. Na tarde de sexta-feira, surgiram imagens de Mugabe, sorridente a apertar as mãos do responsável das forças armadas do Zimbábue, general Constantino Chiwenga, sugerindo que a situação política criada pela intervenção dos militares na noite de 14-15 permanecia fluida e de desenlace em aberto.

Até ao fecho desta edição, a crise política parecia, no entanto, não ter repercussões no quotidiano da capital, com a população a prosseguir as suas obrigações a ritmo normal, embora com a presença de soldados em pontos estratégicos da cidade. O futuro de Mugabe, até sexta-feira,



A situação continuava indefinida até sexta-feira.

MEMORIZE

● **Envergando um traje académico, o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, fez a sua primeira aparição pública, na sexta-feira, 17, desde que os militares tomaram o poder do país. Foi numa actividade de entrega de diplomas na Universidade Aberta de Harare.**



17, era considerado incerto, questionando-se sobre a sua segurança e da família antes da esperada cedência do poder, ao mesmo tempo que outras davam como iminente a for-

mação de um novo governo, a ser dirigido pelo vice-presidente Emmerson Mnangagwa, afastado de funções no início do mês.

No entanto, as negociações decorreram na residência oficial do presidente, para onde Mugabe se dirigiu desde a sua moradia nos arredores de Harare e nele estiveram presentes a ministra da Defesa e o ministro da Segurança Interna da África do Sul, os seus homólogos do Zimbábue e o padre Fidelis Mukonori, que está a servir de mediador. Segundo as agências, os militares recusaram um encontro na casa pessoal de Mugabe.

Mas a situação política parece encaminhar-se para um ponto de não retorno com 115 organizações da sociedade civil a pedirem a Mugabe a “saída voluntária do poder” e às

forças armadas “um roteiro claro e facilmente adotável para restaurar a ordem constitucional”.

Por outro lado, verificou-se o regresso a Harare de uma figura histórica da oposição e líder do Movimento para a Mudança Democrática, Morgan Tsvangirai, a seguir ao tratamento na África do Sul devido ao cancro de que padece. Em conferência de imprensa, Tsvangirai insistiu na necessidade de Mugabe ser afastado “no interesse de toda a população”.

Tsvangirai, que dirigiu um governo de unidade nacional entre 2009-2013, mostrou-se disponível para participar num novo executivo, que seria apenas de transição, e nunca chamou presidente a Mugabe, referindo-se-lhe como “senhor Robert Mugabe”. Classificou como “inconstitucional” qualquer tentativa de os militares assumirem o poder e pediu o “regresso ao poder civil” e a realização de eleições “justas e livres, sob supervisão verdadeiramente independente e internacional”.

Outras forças da oposição aplaudiram a intervenção dos militares, pedindo a estes que se respeitem as eleições gerais previstas para Julho/Agosto de 2018. A antiga vice-presidente Joice Mujuru, que esteve em funções entre 2004 e 2014 (quando foi afastada numa decisão do chefe de Estado, inspirada por Grace), também se pronunciou sobre a situação, salientando que “aquilo que nos divide é menos importante do que aquilo que nos une como nação” e pediu a formação de um “governo democrático e abrangente” para gerir a transição. Mujuru é candidata presidencial por uma coligação da oposição.

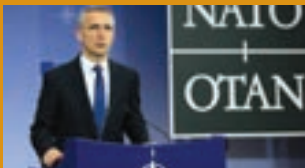
Mugabe liderou a luta de libertação do país e dominou sua política desde a independência em 1980, mas o controle do exército sinaliza o colapso de sua autoridade, embora ele diga que ainda está no comando.

37

Anos, tempo que Robert Mugabe governa o Zimbábue.

93

Anos, idade do presidente zimbabueano.



A OTAN pediu desculpas ao governo turco, depois de um incidente durante um exercício militar da Aliança na Noruega, em que a Turquia foi citada como “inimigo”.



OS ESTADOS Unidos da América aprovaram cerca de 700 mil milhões de dólares para gastos militares em 2018, acima do que o presidente Donald Trump solicitou.



CENTROS SOCIAIS China doa arroz à Guiné-Bissau

A China doou 1.290 sacos de arroz à Guiné-Bissau, que terão como destino 16 instituições sociais de caridade com sede na capital, Bissau, tendo o respectivo acto formal tido lugar nas instalações da Presidência da República.

O embaixador da China, Jin Hongjun, afirmou, no decurso da cerimónia, que o donativo, no valor de dois mil milhões de francos CFA (cerca de três milhões de euros), ajuda a satisfazer as necessidades básicas da população. “Entendemos que a agricultura é fundamental na Guiné-Bissau, que é um país agrícola e 80% da população é camponesa”, frisou o embaixador, para recordar que anualmente cerca de 60 guineenses beneficiam de formação ministrada por técnicos chineses, além de material agrícola que é doado.

O ministro da Agricultura guineense, Nicolau dos Santos, sublinhou que o donativo se reveste de importância capital para as organizações sociais que o irão receber, sobretudo as que apoiam as famílias de agricultores que sofreram prejuízos devido às inundações e seca que se registaram na Guiné-Bissau nos últimos anos.

PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE

Portugal quer “contratos transparentes”

O ministro português da Economia, Manuel Cabral, defendeu a necessidade de “contratos claros e transparentes” na área das privatizações de Cabo Verde, salientando que o objectivo de Portugal é

o crescimento equilibrado e justo, segundo a Lusa.

“Os contratos têm de ser claros e transparentes, e garantir aos privados o retorno dos capitais e uma rentabilidade maior nos casos em que contribuam mais para o desenvolvimento, com melhor gestão nas empresas”, afirmou o ministro durante a intervenção de abertura no Fórum de Desenvolvimento.

Na presença do primeiro-ministro de Cabo Verde, Caldeira Cabral defendeu que os investimentos que mais favoreçam o crescimento económico do país devem ter um retorno maior, e admitiu a existência de lucros menores para os projectos que não alinhem com os objetivos económicos do governo.

O ministro da Economia luso

sublinhou o “alinhamento entre o Governo de Portugal e o Governo de Cabo Verde” e venceu que “o desenvolvimento de Cabo Verde é um objetivo do Governo português”, justificando que “todo o crescimento equilibrado e justo nos países de língua portuguesa é um factor que nos reforça a posição no mundo, a nossa competitividade e os laços de amizade”.



ARMAS NUCLEARES

Coreia do Norte descarta negociar com os EUA

A Coreia do Norte descartou a possibilidade de negociações com Washington, enquanto os exercícios militares conjuntos entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Coreia do Sul continuarem, avançando que o programa de armas atómicas de Pyongyang vai continuar de forma a dissuadir a ameaça nuclear dos EUA.

Em entrevista à Reuters, Han Tae Song, embaixador da Coreia do Norte na Organização das Nações Unidas em Genebra, minimizou as novas sanções que o governo de Trump ameaçou estar

a preparar, assim como a possibilidade de a Coreia do Norte ser adicionada a uma lista de países que patrocinam o terrorismo.

Os governos da Coreia do Sul e dos Estados Unidos concordaram em continuar a trabalhar numa solução pacífica para a crise nuclear da Coreia do Norte, mas um diplomata norte-americano afirmou que é difícil avaliar as intenções de Pyongyang já que não houve “nenhum sinal”.

Han Tae Song, questionado sobre as conversas bilaterais em Seul, respondeu que, “enquanto houver uma contínua política hostil contra o meu país pelos Estados Unidos e enquanto houver contínuos jogos de guerra na nossa porta, não haverá negociações”.

MOÇAMBIQUE

Prospecção de gás paralisada

A empresa petrolífera Wentworth, que está a realizar prospecção no norte de Moçambique, adiou algumas operações devido aos ataques armados à polícia em Mocímbo da Praia, ocorridos há um mês.

“A localização de um poço de avaliação e as visitas subsequentes para inspeccionar a zona foram adiadas devido à deterioração da situação de segurança em torno da região de Mocímbo da Praia, adjacente à área de concessão”, refere-se no comunicado trimestral da Wentworth.

Ainda assim, a petrolífera canadiana mantém a previsão de fazer a perfuração em 2018, de modo a avaliar os depósitos de gás naquela porção de território, na província de Cabo Delgado. “Os confrontos entre polícias e extremistas aumentaram em Outubro, resultando num maior perfil de

risco”, acrescenta a empresa.

Pelo menos dois polícias morreram e outros quatro agentes da autoridade terão sido abatidos em ataques armados que deixaram a vila de Mocímbo da Praia, sitiada durante dois dias. O grupo de atacantes terá sofrido quase duas dezenas de baixas e incluía residentes com aparente inspiração radical islâmica, dos quais as congregações religiosas se distanciaram, e que investigadores ouvidos pela Lusa consideram derivar de desigualdades sociais, antagonismos locais e eventual manipulação de origem política.

A região da bacia do Rovuma, ao longo da qual passa a fronteira entre Moçambique e a Tanzânia, é rica em reservas de hidrocarbonetos. A descoberta de gás natural pela Wentworth aconteceu, em 2014, depois de outras em mar alto moçambicano, cujos consórcios liderados pela italiana ENI e a norte-americana Anadarko já começaram a vender por antecipação à extração e liquefação de gás.



Instabilidade militar afecta petróleo.

Ambiente

REDUÇÃO E GESTÃO DOS RESÍDUOS ENTRE AS PRIORIDADES

ONU pede um ‘Acordo Mundial’ contra a poluição

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Instituição argumenta que se pode fomentar a inovação e contribuir para travar a poluição “se se mobilizarem fundos e se investir na promoção de um desenvolvimento com baixas emissões de CO2.”



ONU apela ao consumo e produção sustentáveis e ao uso eficiente dos recursos.

O Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA) pediu um “acordo mundial” contra a poluição que abranja os sectores público e privado, fomente a produção e o consumo sustentáveis e invista “em grande” em tecnologias ecológicas. As propostas do PNUMA, segundo a Reuters, surgem plasmadas no relatório intitulado ‘Rumo a um mundo sem poluição’, apresentado na passada semana, em Bona, no âmbito da Cimeira do Clima (COP23), uma reunião que visou preparar um roteiro face aos objectivos do Acordo de Paris sobre a redução de emissões de gases com efeito de estufa, em vigor há um ano.

O PNUMA argumenta que se pode fomentar a inovação e con-

tribuir para travar a poluição “se se mobilizarem fundos e se investir na promoção de um desenvolvimento com baixas emissões de CO2”, bem como com “uma produção e um consumo menos poluentes”.

Também defende que “se destinem mais fundos à investigação e à vigilância sistemática, gestão e controlo da poluição e às infra-estruturas necessárias para essas tarefas”.

Na perspectiva da agência das Nações Unidas, considerou-se durante demasiado tempo que “o combate à poluição representa custos para a indústria e um obstáculo ao crescimento económico”, o que o PNUMA classifica de errado.

“As tendências mundiais desmentem essa ideia”, diz o relatório, citado pela agência de notícias espanhola Efe, que destaca “o desenvolvimento sustentável como a única forma sensata de desenvolvimento a partir de todos os pontos de vista, incluindo

MEMORIZE

● O PNUMA destaca ser necessário informar os cidadãos, motivando-os a fazer a sua parte, e “promover o compromisso dos sectores público e privado com as estratégias mais ousadas de combate à poluição”.

o financeiro e o económico”.

“O investimento em tecnologia verde é uma estratégia para alcançar a rentabilidade a longo prazo e a prosperidade universal”, afirma o PNUMA, que realça o “rápido embaçamento” das energias renováveis e assegura que os primeiros países que substituam os combustíveis fósseis pelas energias solar e eólica irão granjear uma vantagem competitiva relativamente ao resto.

A seu ver, é preciso “uma nova

abordagem de gestão” do sistema económico como um todo e do estilo de vida ocidental moderno: “Há que promover o consumo e a produção sustentáveis e fomentar o uso eficiente dos recursos” que dê prioridade à “redução e gestão dos resíduos”.

Neste âmbito, o PNUMA acredita que a liderança política e as alianças “são necessárias” para que se avance com um acordo mundial contra a poluição que garanta “a colaboração das mais altas instâncias”.

A prevenção “converter-se-ia numa prioridade para todos e encorajar-se-ia” a classe política e empresarial “a integrar a prevenção no planeamento nacional e local”, bem como “nos processos de desenvolvimento” e nas “estratégias empresariais e financeiras”, realça o texto.

O PNUMA sublinha ainda a importância de se fortalecer o governo multilateral no campo ambiental e de adoptarem medidas “direccio-

nadas especificamente aos poluidores mais agressivos”, mediante a avaliação de riscos e uma aplicação mais rigorosa da legislação relativa ao meio ambiente.

Além disso, o PNUMA destaca ser necessário informar os cidadãos, motivando-os a fazer a sua parte, e “promover o compromisso dos sectores público e privado com as estratégias mais ousadas de combate à poluição”. Neste contexto, a agência da ONU mostra-se optimista e pede mais ambição, aproveitando a coincidência de quatro factores que, combinados, podem dinamizar a transformação que exige.

Esses factores são uma crescente consciencialização pública, um conhecimento científico mais preciso sobre os efeitos da poluição, um desenvolvimento tecnológico avançado e a existência de agentes financeiros mais sensibilizados para a questão do ambiente.

Educação & Tecnologia

MARIA DO ROSÁRIO PREOCUPADA COM A DEFICIENTE QUALIDADE DE ENSINO

Ministra quer criar mecanismos para travar corrupção

NOVAS MEDIDAS. Reformulação das regiões académicas, redimensionamento das instituições, aproveitamento racional e manutenção das infra-estruturas na agenda da ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.



EM 2018

Bolsas para mestrados e doutoramentos na Alemanha

Os Serviços de Intercâmbio Académico Alemão (DAAD) realizam amanhã, 21 de Novembro, uma sessão de esclarecimento sobre bolsas de estudo para pós-graduação (mestrados e doutoramentos), a serem concedidas naquele país a partir do ano académico 2018.

A sessão de esclarecimento, segundo uma nota da Universidade Agostinho Neto (UAN) enviada à redacção do VALOR, terá lugar no auditório do 'campus' da Universidade Agostinho Neto (UAN), em Camama, Luanda, às 10 horas.

Os esclarecimentos, refere a nota, serão feitos pela professora doutora Philina Wittke, do escritório regional do Serviço de Intercâmbio Académico Alemão.

Para a adesão à bolsa de pós-graduação, a instituição informa que é necessário cumprir requisitos como a conclusão da licenciatura ou ser finalista no ano académico na UAN ou em outra instituição do ensino superior em 2017.

A

ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação apela à criação de mecanismos que permitam reduzir ao máximo e continuamente as más práticas que o ensino superior enfrenta. Maria do Rosário Sambo exorta, com urgência, a introdução de novos métodos que inibam práticas como a corrupção, as influências e outras que contribuem para a deficiente qualidade de ensino.

Segundo a governante, que falava à imprensa durante uma visita às instituições de ensino superior na Huíla, existe uma necessidade de reformulação das

regiões académicas, o redimensionamento da rede de instituições superiores, assim como o aproveitamento racional e a manutenção das infra-estruturas nas regiões académicas do país.

Maria do Rosário Sambo apontou ainda a necessidade de se aumentarem os estabelecimentos de ensino, pois o número escasseando anualmente como consequência do aumento da procura e do crescimento populacional.

“O crescimento que houve do número de estudantes nas últimas décadas não foi acompanhado não só de infra-estruturas, mas também do corpo docente, em termos qualitativos e quantitativos”, considerou.

A ministra afirmou que o seu órgão vai continuar a procurar de

MEMORIZE



● Em Dezembro, será realizado um conselho nacional das instituições de ensino superior para, entre outras questões, se consultar, refletir e debater o ensino superior em Angola.

uma forma aberta a promoção de um diálogo com as instituições públicas e privadas, incentivando-as para uma atitude de “verdadeira transformação”.

“A transformação que se quer no país exige dos docentes, discentes e de toda a massa da comunidade académica do sistema nacional de ciências e tecnologia e inovação uma outra atitude”, salientou.

A visita da ministra, acompanhada do secretário de Estado para o Ensino Superior, Eugénio da Silva, abrangeu as faculdades de Direito, Economia e Medicina da Universidade Mandume ya Ndemofayo (UMN), o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), bem como o Instituto Superior Politécnico da Huíla (ISPH) da UMN.



Maria do Rosário Sambo, ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Marcas & Estilos

À frente do tempo

Foi Maxim Gorky, famoso autor russo e fundador do movimento socialista Realsim e amado por F.H. Wadsworth, que inspirou este cinto. É inteligente e parece estar à frente do seu tempo. O amor de Maxim pelo seu país superou mesmo a ousadia e a imaginação clássica.

Quilates em cadeia

O anel Cuban Link cravejado em ouro completamente sólido é um acessório perfeito para a sua cadeia de bom gosto. E os 14 quilates vêm das mais diversas formas, em ouro rosa, amarelo e branco.

Padrões de vida

O mosaico padrão auto-adesivo cria uma textura refinada e dinâmica em qualquer superfície da parede. O Mosaic Revival Pattern vem pré-embalado num kit de design decorativo que permite a transformação imediata do espaço onde é aplicado.

Destaques típicos

Precisa de algo que se diferencie mais do que os seus contemporâneos? O Special Field Air Force 1 Hi traz a materialização típica de couro com um sistema de laço, substituindo-o por um sistema de 'boot-boot' amarrado com corda de 3 m.

Protecção milionária

Tudo se tornou mais seguro com a primeira pasta de viagem de alta segurança do mundo desenhada por Döttling: o The Guardian oferece protecção única para até seis relógios de pulso, jóias, dinheiro ou documentos importantes em qualquer lugar e em qualquer momento.

Licença para o luxo

Mais uma propriedade da Hermes que se preocupa quase sempre com espécies ameaçadas de extinção e outras espécies protegidas de vida selvagem. Trata-se de um objecto que tem em atenção o marfim, concha de tartaruga, pele de crocodilo, chifre de rinoceronte, osso de baleia e certas espécies de corais devidamente licenciados.

TURISMO

A terra do Jacaré Bangão

Rico e multifacetado, Bengo é capaz de agradar a todos os que o visitam pela sua variedade de reservas florestais, rios, praias, ruínas do tempo colonial e muito mais. Um dos seus pontos turísticos mais visitados é a Barra do Dande, com as suas falésias deslumbrantes e reconhecida por ser um bom lugar para o lazer e pelas suas praias bem preservadas e de beleza inegável. É aqui onde desagua o rio Dande que, nos seus cursos mais rápidos e mais altos, forma quedas, lagos e lagoas nas zonas mais baixas. É possível encontrar várias opções de hospedagem. O Complexo Turístico de Turitanga, em Caxito, possui bungalows, uma agradável esplanada, restaurante, piscina e ainda espaço para a prática de hipismo.

O peixe cacuso grelhado, por exemplo, é uma das principais iguarias da zona.



AUTOMÓVEL

Naturalmente selecto

A Lamborghini já teve a oportunidade de mostrar a versão Roadster do Centenário, uma edição especial baseada no Aventador que faz homenagem aos 100 anos do fundador da marca, Ferruccio Lamborghini.

Com produção limitada a apenas 20 unidades, o super-conversível foi anunciado com preço inicial dois milhões de euros. No entanto, antes mesmo do lançamento oficial, no ano passado, todas as unidades

já estavam vendidas, isto porque as fabricantes de super-carros mostraram antes as novidades a um selecto grupo de potenciais compradores. O Lamborghini Centenario Roadster é equipado com motor V12 naturalmente aspirado, que desenvolve até 770 cavalos de potência.

É o modelo com a melhor relação entre peso e potência já feito pela marca, com 2,04 kg por cavalo, graças ao uso de fibra de carbono.



AGENDA

LUANDA

20 DE NOVEMBRO

Exposição 'Eu Amo Arte by Alekssandre' do artista plástico e modelo Alekssandre Fortunato, na Galeria Tamar. Às 18 horas.

20 DE NOVEMBRO

Lançamento do livro 'Como se tornar empresário com dinheiro dos pais?' de Eddie Freire. Às 18h:30, no Centro Cultural Português. Entradas livres.

24 DE NOVEMBRO

Festival Vínico, no Complexo Hoteleiro da Endiama. A partir das 14 horas. Entradas a 2.500 kwanzas.

24 DE NOVEMBRO

Concerto Acústico com Márcio Batalha e Filipe Mukenga, no Restaurante Arcafé. Às 20 horas. Ingressos a 3.000 kwanzas.

25 E 26 DE NOVEMBRO

O grupo Henrique Artes apresenta 'Anjos. Procuram-se', na Casa das Artes, em Talatona. Às 20 horas. Ingressos a 3.000 kwanzas.

De acordo ainda com a sua génese histórica e cultural, a designação de relevo de Mbanza Kongo, na altura, foi a de 'Kongo dya Ntotela', símbolo de unidade e indivisibilidade dos bakongo, como o próprio nome indica.

Mbanza Kongo, e ao longo da época colonial, conheceu várias designações, tendo-se destacado a denominação de 'São Salvador do Kongo'.



CIDADE É PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO

Mbanza Kongo recebe distinção de mérito do Brasil

RECONHECIMENTO. Diploma de mérito veio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, por ocasião dos 42 anos de Independência que Angola comemorou a 11 de Novembro.

O centro histórico da cidade de Mbanza Kongo, que ganhou o estatuto de Património Mundial a 8 de Julho, no âmbito da 41.ª sessão do Comité do Património Mundial, que decorreu na cidade de Cracóvia, na Polónia, recebeu, este mês, um diploma de mérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Brasil). Trata-se de uma iniciativa do deputado Geraldo Pudim, que destacou a “importância histórica de Mbanza Kongo como referência da civilização africana pré-colonial, tendo, por outro lado, falado do actual momento político angolano na expectativa do reforço das

relações entre o Brasil e Angola”. Mbanza Kongo, ao longo da época colonial, conheceu várias designações, tendo-se destacado a denominação de ‘São Salvador do Kongo’, nome que os portugueses haviam atribuído segundo o seu desejo, já como potência colonizadora.

De acordo ainda com a sua génese histórica e cultural, a designação de relevo de Mbanza

40

Mil habitantes nativos, densidade populacional de Mbanza Kongo no século XVII.

Kongo, na altura, foi a de ‘Kongo dya Ntotela’, símbolo de unidade e indivisibilidade dos bakongo, como o próprio nome indica.

Desde a fundação do Reino do Kongo, Mbanza Kongo foi a sua capital, o centro político, económico, social e cultural, sede do rei e a sua corte, e, como tal, o centro das decisões.

A cidade foi, no século XVII, a maior vila da costa ocidental da África Central, com uma densidade populacional de 40 mil habitantes (nativas) e quatro mil europeus.

Com o seu declínio, a cidade, que se encontrava no centro do reino em plena “idade de ouro”, transformou-se numa vila mística e espiritual do grupo etnolinguístico kikongo e albergou as Repúblicas de Angola, Democrática do Congo, Congo Brazzaville e Gabão.

JOSÉ LUÍS MENDONÇA REEDITA OBRA ‘Reino das Casuarinas’ regressa às bancas

Já se encontra nas bancas a obra ‘O Reino das Casuarinas’ do escritor José Luís Mendonça, que reeditou, pelo menos, dois mil exemplares. O livro, lançado pela primeira vez em 2014, aborda episódios que marcaram a história da guerra colonial até à independência, passando pelo conflito interno que perdurou largos anos.

José Luís Mendonça lembrou que a obra relata a história de sete angolanos vítimas da síndrome da amnésia auto-adquirida, provocada por traumas devido à experiência de guerra, no período compreendido entre 1961 e 1987.

“Durante o internamento no Hospital Psiquiátrico de Luanda, o grupo decide evadir-se para fundar um Estado na floresta da Ilha de Luanda, denominado ‘Reino das Casuarinas’”, explicou o escritor, que pretende com esta reedição satisfazer a procura e, sobretudo, contribuir para que os jovens possam adquirir o livro e que a obra seja objecto de estudo nas academias.

Segundo o autor, a satisfação de um escritor reside em saber que a sua obra foi aceite e está a ser lida.

José Luís Mendonça, de 62 anos, natural de Golungo Alto, Kwanza-Norte, é jornalista e poeta e licenciado em Direito pela Universidade Católica de Angola.

Com a obra ‘Chuva Novembrina’, foi-lhe atribuído, em 1981, o Prémio Sagrada Esperança.

Em 2005, o Ministério da Cultura atribuiu-lhe o prémio ‘Angola Trinta Anos’ na disciplina de Literatura, no âmbito das comemorações do 30.º aniversário da independência nacional, pela sua obra poética ‘Um Voo de Borboleta no Mecanismo Inerte do Tempo’. No mesmo ano, foi contemplado com o Prémio Notícias Gerais da Lusofonia no Concurso CNN MultiChoice – Jornalista Africano.

Em 2015, foi vencedor do Prémio Nacional de Cultura e Artes na categoria de Literatura, pela singularidade do seu estilo e valor cultural das temáticas tratadas.

OBRAS PUBLICADAS

- 2014: O Reino das Casuarinas
- 2016: Luanda Fica Longe e outras Estórias Austrais
- 2015: Chuva Novembrina
- 2010: Poesia manuscrita pelos hipocampos: para um manual da intimidade
- 2002: Um canto para Muzemba
- 1991: Poesia angolana de amor dos anos 80: breve antologia



José Luís Mendonça, escritor

NÚMEROS DA SEMANA

61,29

Dólares é o valor com que fechou o preço do barril do petróleo Brent, que serve de referência para Angola para entrega em Janeiro.

500

Mil toneladas é a quantidade de pescado diverso capturado em todo o país, no ano transacto, representando um aumento de 31 mil e 501 toneladas em relação a 2015. Os dados foram avançados pela directora Nacional das Pescas, Maria de Lourdes Sardinha.

50

Mil barris de petróleo por dia é a quantidade de petróleo que a ENI, empresa italiana a operar em dois blocos no offshore, em Angola, tenciona produzir a partir de 2018. A intenção foi manifestada em Luanda pelo director executivo da companhia, Cláudio Descalzi.

200

Mil toneladas de produtos diversos é o que se espera colher, em Luanda, na campanha agrícola 2016/2017, não atingindo os números preconizados devido à estiagem que se verificou na primeira e segunda épocas agrícolas.

DURANTE A VISITA DA COMITIVA RUSSA AO PAÍS

Venda de aeronaves à TAAG

A Rússia propôs ao Governo fornecer aeronaves Sukhoi Superjet 100, de transporte de passageiros, à companhia aérea estatal TAAG, segundo comunicado do Ministério para o Desenvolvimento do Extremo Oriente russo.

A proposta, segundo o comunicado do ministério, foi feita durante a visita realizada no passado dia 13, a Luanda, por uma vasta delegação do governo russo, liderada pelo vice-primeiro-ministro Yuri Trutnev, para o reforço da cooperação bilateral.

No comunicado, publicano no site oficial, o ministério para o Desenvolvimento do Extremo Oriente salientou que esta proposta de venda de aeronaves civis foi mesmo a “principal questão discutida” durante as reuniões em Luanda entre as partes.

“O lado russo acredita que, para as condições de Angola, a melhor opção é a aeronave Sukhoi Superjet 100, de médio alcance, e propôs iniciar negociações com a TAAG para um programa SSJ100, com um hori-

zonte de fornecimento antecipado em 2019-2021”, refere a mesma informação daquele ministério, consultada hoje pela Lusa.

O SSJ100 é um avião bimotor a jacto fabricado pela empresa russa Sukhoi Civil Aircraft Company, que pode transportar até 98 passageiros e que conta com uma autonomia de quase 4.000 quilómetros.

Não é a primeira vez que a TAAG, que só tem na sua frota aeronaves do tipo Boeing, recebe proposta para



investir em outro modelo. Em 2013, altura em que iniciou o processo de compra das aeronaves Boeing, foi tentada pela Airbus, mas ter-se-ia manifestado desinteressada, segundo o então vice-presidente de vendas da Airbus para África, Hadi AkoumHadi Akoum. “Encaminhámos várias cartas que não tiveram resposta da TAAG. Recusaram-se até a receber-nos, mas somos pacientes. Era muito importante que recebessem as nossas propostas de negócio, em vez de comprarem aviões da Boeing a 200 milhões de dólares. É um preço acima do praticado no mercado.” Na sequência, o administrador executivo da companhia nacional, Rui Carreira, afastou qualquer hipótese de diversificação da frota da companhia, depois do acordo assinado com a americana Boeing em 2005. “Não faz sentido a TAAG diversificar a sua frota, depois dos estudos adequados que a levaram a optar pela linha 777 para o longo curso e 737-700 para o médio curso”, declarou.

PRESERVAÇÃO DAS ESPÉCIES

Pesca de carapau ainda é proibida

O período de proibição da pesca do peixe carapau e outras espécies marinhas sob veda vai manter-se, apesar do registo de recuperação, “até haver certa robustez desses recursos”, informou na última sexta-feira, em Luanda, a directora Nacional das Pescas, Maria de Lourdes Sardinha.

Segundo a responsável, neste momento, o Ministério das Pescas está a discutir medidas de gestão das espécies para o próximo ano, e “tudo indica que vão manter o período de veda”.

O período de veda da pesca do carapau, previsto para este ano, fixa os meses de Junho, Julho e Agosto. A medida de gestão das pescarias marinhas vem expressa num Decreto Presidencial de 2017, sobre as políticas de conservação e renovação sustentável dos recursos biológicos e aquáticos.

O documento não impede a pesca da sardinha este ano, mas restringe, de entre outras espécies, a pesca do camarão de profundidade, nos meses de Janeiro e Fevereiro, em toda a costa angolana, da gamba costeira, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Setem-

bro, do caranguejo, assim como das espécies que habitam os fundos marinhos ou dos rios como o linguados e a garoupa, também conhecidas como espécies demersais.

Maria de Lourdes Sardinha prestou esta informação, a margem de um encontro entre a ministra das Pescas e os directores provinciais e presidentes das associações do sector das quatro principais províncias piscatórias do país (Luanda, Benguela, Cuanza Sul e Namibe) para auscultar os parceiros e preparar o próximo ano do ponto de vista das pescas.



NOVA CERVEJA

Isabel dos Santos lança ‘Luandina’

Dois dias depois de ser exonerada da liderança da Sonangol, a empresária Isabel dos Santos marcou presença no lançamento da mais nova cerveja nacional, Luandina, produzida pela Sociedade de Distribuição de Bebidas de Angola (SODIBA), que é também responsável pela produção da Sagres no país.

A empresária disse, na ocasião, que o lançamento da marca é a realização de um sonho que começou em 2003.

“Foi muito difícil, foi um caminho longo, duro. Tivemos que convencer vários parceiros, tivemos que convencer a banca, principalmente a banca comercial, a acreditar no nosso sonho, em acreditar que era possível lançar uma marca 100 por cento angolana,” concluiu a empresária que indicou já ter criado, ao longo dos seus 20 anos de vida empresarial, 40 mil postos de trabalhos, tendo na SODIBA mais de 300 colaboradores directos.

O VALOR ESTA SEMANA

NO PRIMEIRO ANO DE ACTIVIDADE Master Seguro cresce

A ‘Master Seguros’, companhia inaugurada há pouco mais de um ano no mercado nacional, facturou, desde Agosto do ano passado, cerca de 1,5 milhões de dólares, com o seguro automóvel e o de saúde a responderem com a parte considerável dos fluxos de caixa do período, revelou ao VALOR o seu administrador comercial, Adriano Gomes. **Pág.13**



COMERCIANTES EM VIANA 40% não paga imposto

A iniciativa de ‘Alargamento da Base Tributária, Combate à Informalidade e a Potencialização da Receita’, que a Administração Geral Tributária está a desenvolver desde Setembro detectou, em Viana, que cerca de 40% dos comerciantes não pagavam os impostos. Entre os ‘faltadores’, destaca-se grande parte dos que constituem o centro comercial Cidade da China e o Shopping Kilamba. **Págs. 20 e 21**

FÁBRICA TRANSFERID Novos telefones em Angola

A Facemundi Angola, primeira fabricante de telemóvel angolana, prevê instalar, até ao fim do primeiro trimestre de 2018, uma fábrica no país, com capacidade de produção anual de um milhão de aparelhos, segundo o director-geral, Nilton Viana, estimando em cerca de sete milhões de dólares o investimento a ser feito. **Pág.18**